

Paulo Roberto Nogueira Silva

MÃE XANDA:

Fronteiras entre identidade étnica e o ofício de partejar



Paulo Roberto Nogueira Silva

MÃE XANDA:

Fronteiras entre identidade étnica e o ofício de partejar



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Mãe Xanda: fronteiras entre identidade étnica e o ofício de partejar

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: Paulo Roberto Nogueira Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Paulo Roberto Nogueira
Mãe Xanda: fronteiras entre identidade étnica e o ofício de
partejar / Paulo Roberto Nogueira Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0779-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.799223110>

1. Mulher negra - Parteira - Mãe Xanda. 2. Negras e
negros - Identidade racial. I. Silva, Paulo Roberto Nogueira.
II. Título.

CDD 305.89081

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



Dedico esta obra às parteiras que atuam em diversas comunidades, que por longas décadas amparando mulheres e crianças nos momentos mais especiais de suas vidas, - a parturição.

À memória do meu pai Alcides Prado Nogueira, exemplo na minha vida, a minha mãe Jandira Nogueira da Silva, às minhas filhas Bruna Vitoria e Brenda pelos momentos de amor e carinho.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. É por isso que a defesa pelas minorias de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levantar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA. 1993, p. 7-28).¹

1. Cf. texto do livro NORA, Pierre. **Entre a memória e a história**: a problemática dos lugares. Projeto História, n° 10, p. 7-28, dez. 1993.

PREFÁCIO

Para reconstituir a história e as memórias de Mãe Xanda Paulo Nogueira dialogou com teóricos da história oral, da memória, da etnicidade, da identidade e dos legados das parteiras, além de voltar a sua terra natal, Lafaiete Coutinho para realizar a pesquisa empírica, com mães, filhos e filhas que Mãe Xanda fez os partos. Utilizou-se da história oral (relatos orais), com as narrativas dos colaboradores que deram base para a conclusão desta obra que é considerada de relevância social.

Paulo Nogueira tem o seu lugar de fala, oriundo da graduação em história e também por ser filho da comunidade de Lafaiete Coutinho, além de ter um parentesco com Mãe Xanda, pelo fato dela ter sido casada com seu tio avó Avelimo Pereira da Silva. Neste sentido, buscou reconstituir o seu legado, através do seu ofício, que é considerado ancestral e afro brasileiro. História de pessoas que são consideradas mestras da cultura popular, como Mãe Xanda, que através do seu ofício desempenhado por 49 anos no distrito de Três Morros, posteriormente município de Lafaiete Coutinho, deixa um legado.

Alexandrina Constantina da Silva “Mãe Xanda” mulher negra, de perfil sócio econômico baixo, viúva, através de seu ofício considerado de relevância social, criou ao longo de sua trajetória de vida redes de relações e sociabilidades construídas por ela, criando formas de resistências e lutas, superando as hierarquias de classe / gênero / raça, procurando interpretar os significados dos lugares sociais ocupados pela mulher negra no espaço público tresmorrense e posteriormente lafaietense que realçam a identidade étnica dessa mulher que tornou-se empoderada em uma comunidade que predominou a família patriarcal, branca de modelo eurocêntrico.

Ao fazer a reconstituição das memórias de Mãe Xanda, Paulo Nogueira constatou que ela tinha uma relação de amor, carinho, afeto e dedicação pelo ofício de parteira, criando ao longo de sua trajetória sua identidade de mulher negra, desde os idos anos 40 do século XX.

Mãe Xanda ao longo de sua trajetória criou formas de resistências, superando as desigualdades de gênero, de classe social, criando sua identidade de parteira, de mulher negra, enfrentando os ditames dos grupos hegemônicos da comunidade. Dava o aporte para mulheres parturientes e acompanhava a criança e a mãe após o parto, exercia uma liderança feminina, pois tinha um livre trânsito entre as famílias da comunidade.

Paulo Nogueira fez a reconstituição das fronteiras encontradas por Mãe Xanda, destacando as fronteiras étnicas pelo fato de ser uma mulher negra, fronteiras econômicas em virtude das diferenças socioeconômicas e também as fronteiras religiosas em virtude do

ato de partejar associado as rezas e as orações que fazia durante os partos.

Por fim, Paulo Nogueira constatou em sua pesquisa que Mãe Xanda ao longo de seus 49 anos partejando, dando o aporte para mulheres parturientes, sobretudo, carentes de perfil sócioeconômico baixo, deixou seu legado, tornando-se uma das matriarcas mais queridas da comunidade de Lafaiete Coutinho.

Jequié – BA, junho de 2022

Bruna Vitoria Nascimento Nogueira

Graduanda do Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário UniFTC/

Jequié, estagiária/pesquisadora do NIEFAM/UESB.

APRESENTAÇÃO

Meu interesse pelo tema foi suscitado pelas memórias de infância na pequena, singela e bucólica cidade de Lafaiete Coutinho, onde residi com a minha família até o ano de 1983. Venho da área de formação em História, com a realização de pesquisas, sobretudo, com História Oral e Memórias, instigado pela participação como membro do GEHFTIM – Grupo de Estudos e Pesquisas Hermenêuticas sobre Territórios, Identidades e Memórias da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Durante o período de infância, conheci Mãe Xanda que exerceu o ofício de parteira, em um momento que o Brasil vivia a Ditadura Militar. Pelo fato de Lafaiete Coutinho ser um município de perfil socioeconômico de pequeno porte, configura-se entre os treze mais pobres do Estado da Bahia, vivendo basicamente do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, faltavam políticas públicas para ofertar à população, sobretudo, às mais carentes que viviam na sede e nas regiões mais distantes na zona rural.

A escolha desta pesquisa justifica-se pela história de parentesco com a parteira, considerada mulher de um conhecimento ancestral e de relevância social para grupos populares do lugar em que residi por anos, registrando o legado dessa mulher que deu suporte para mulheres que necessitam fazer seus partos, na comunidade de Lafaiete Coutinho, cujo perfil socioeconômico está voltado para pessoas de baixa renda e que não podiam recorrer a outras localidades para o parto.

Mãe Xanda vinha exercendo o seu ofício de parteira, amparo à muitas mulheres grávidas que necessitavam de seus serviços para dar à luz aos seus filhos. Lembro-me dos dias da Semana Santa, principalmente, a Sexta-Feira da Paixão, em que dezenas de crianças faziam fila na porta de sua casa para pedir a sua benção, demonstrando dessa maneira, o respeito, o carinho e a devoção que todos tinham por ela, sendo que a maioria dessas crianças veio ao mundo com a sua ajuda.

Muitos deles falavam: “Mãe Xanda é minha mãe, mãe de pegação, ela fez o parto de minha mãe quando nasci, e mainha chama ela de comadre”. Lembro das tardes de minha infância, quando ficava com meu pai Alcides no seu local de trabalho que era o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais. Lá lidava com funções notariais e registros civis em Lafaiete Coutinho. Nesses atendimentos, lembro que questionava: qual o local de nascimento? A maioria dos pais declarava o nascimento da criança, respondia: “Nasceu aqui mesmo em Lafaiete e o parto foi em casa com Mãe Xanda”. Notoriamente, minhas lembranças estão voltadas para a figura de meu pai e de Mãe Xanda nessa dinâmica de nascimentos em Lafaiete Coutinho.

Mãe Xanda, durante 49 anos, atuou como parteira na comunidade e, segundo relatos da família e colaboradores da pesquisa, fez mais de mil partos, subsidiando mulheres e toda sua família, antes, durante e após o parto. Sua tarefa era para o cuidar, o zelar e, sobretudo, prestar assistência com afeto a todas as mulheres e crianças da comunidade. Então, surge o questionamento: que fronteiras Mãe Xanda encontrou durante a sua trajetória de vida?

Contar a história dessa mulher é reconstituir o legado deixado para a comunidade em um período que predominou a família patriarcal, branca com modelo eurocêntrico, na qual os preconceitos pairavam. Destaco como morador desse local, a luta de mulheres negras que sofreram preconceitos de gênero, de raça, de etnia por parte da comunidade, – heranças do período colonial brasileiro, que todo o tempo queriam impor as heranças de subalternidade –. Mãe Xanda tinha um grande conhecimento popular, fazia partos com maestria, dando apoio a todas as famílias que solicitavam o seu ofício: a parturição.

O objetivo da pesquisa é, portanto, o de investigar quais as fronteiras encontradas por Mãe Xanda entre a identidade étnica construída e o ofício de partejar no município de Lafaiete Coutinho – BA. Para tanto, alguns objetivos específicos foram delimitados, quais sejam: detectar a trajetória de Mãe Xanda na comunidade de Lafaiete Coutinho, identificar as fronteiras vivenciadas por Mãe Xanda; analisar na trajetória de vida de Mãe Xanda, o legado deixado na comunidade e cidades circunvizinhas. Mulher que vivia caminhando e até mesmo utilizando tração animal para chegar até a casa de mulheres que necessitavam de seu toque, das suas mãos hábeis para fazer o parto. Ficou conhecida por Mãe Xanda de pegação, ou seja, um honroso título dedicado às parteiras da comunidade. Considerada pela população de Lafaiete Coutinho como uma das matriarcas mais queridas da comunidade. Afinal, o que ela representava?

SUMÁRIO

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS	1
CAPÍTULO 1. MARCO METODOLÓGICO: CAMINHOS ESCOLHIDOS.....	2
O CAMINHO METODOLÓGICO E AS CATEGORIAS TRABALHADAS	2
AS NARRADORAS, COLABORADORAS DA PESQUISA.....	6
AS LEMBRANÇAS: MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E A MEMÓRIA COLETIVA OU SOCIAL	8
A PESQUISA <i>IN LÓCUS</i> : OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	9
CAPÍTULO 2. MARCO TEÓRICO DA PESQUISA.....	12
AS CATEGORIAS TRABALHADAS.....	12
A TRAJETÓRIA DE ALEXANDRINA CONSTANTINA DA SILVA (MÃE XANDA) (1910 – 2006)	21
O TRABALHO ASSISTENCIAL DOMICILIAR DAS PARTEIRAS E DAS DOULAS	26
A RELIGIOSIDADE NA TRAJETÓRIA DAS PARTEIRAS	31
A TRAJETÓRIA DE MÃE XANDA NO OFÍCIO DE PARTEJAR EM TRÊS MORROS/LAFAIETE COUTINHO	34
CAPÍTULO 3. MARCO ANÁLITICO	38
CONSIDERAÇÕES	46
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	54
SOBRE O AUTOR.....	59

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

BA – Bahia

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

GEHFTIM – Grupo de Estudos e Pesquisas Hermenêuticas sobre Territórios, Identidades e Memórias

GEB – Governo do Estado da Bahia

HO – História Oral

KM – Quilômetro

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

PMLC – Prefeitura Municipal de Lafaiete Coutinho

PMM – Prefeitura Municipal de Maracás

PPA – Plano Plurianual Participativo

PT – Partido dos Trabalhadores

TI – Território de Identidade

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

CAPÍTULO 1. MARCO METODOLÓGICO: CAMINHOS ESCOLHIDOS

Um estudo fundamenta-se no pressuposto que a caminhada tem escolhas pessoais e esta abordagem notoriamente tem cunho qualitativo, assumindo suas variadas formas de compreensão da percepção de pessoas sobre Mãe Xanda, com o intuito de atingir os objetivos propostos na pesquisa. Entende-se que a adequação desta trajetória se concentra, principalmente, na possibilidade de compreender os significados existentes nas histórias narradas sobre a importância desse legado e dos saberes populares presentes em determinadas comunidades.

O CAMINHO METODOLÓGICO E AS CATEGORIAS TRABALHADAS

A metodologia é uma caminhada difícil, pois é opção, empatia com os passos. Nesta pesquisa recorreremos ao uso da História Oral (HO), por meio de entrevistas realizadas na comunidade, com pessoas que indicavam as outras para que pudéssemos formar a rede de colaboradores, pessoas que conheceram Mãe Xanda, sobretudo, as pessoas mais idosas.

Alberti (2004) enfatiza que “a metodologia de História Oral é bastante adequada para o estudo da história, de memórias, isto é, as representações do passado são constitutivas”. A autora cita ainda que “uma entrevista de História Oral constitui uma reflexão e recuperação do passado levada a efeito ao longo de uma conversa”.

Essa ideia coaduna com o pensamento de Bom Meihy (2005), quando pontua que “a História Oral tem um caráter revolucionário, pois ela se tornou razão de ser de atenções aos fatos locais de interesses coletivos”. Já Delgado, (2006, p. 18) enfatiza que a História Oral é um conjunto de procedimentos integrados a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos ao âmbito da vida privada ou coletiva.

A História Oral, como categoria ligada aos procedimentos metodológicos de construção do conhecimento histórico dessa pesquisa, tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo depois de resíduos (PORTELLI, 1997, p. 16). Se a História Oral busca utilizar o testemunho de pessoas que presenciaram ou vivenciaram fatos ocorridos para reconstituir memórias e histórias de vida de pessoas, grupos e instituições, sendo testemunhal é, portanto, um gênero emergente que procura ouvir as pessoas. Neste sentido, busca o aporte de colaboradores para narrarem o que viram, o que presenciaram, para fazer a reconstituição de histórias de vidas. Palavras que tem elos com os compassos do tempo.

As narrativas são capazes de pensar as identidades, haja vista que estas consistem em reflexões práticas sobre algo vivido, percebido em suas temporalidades com dinâmicas constitutivas que interferem nas construções das próprias identidades. Compreende-se ainda a História Oral como mola propulsora para as diferentes análises e nessa dinâmica interrelacional, há pontos próximos entre a memória narrada e a vivida, entre o tempo vivido e o tempo lembrado pelos narradores (DELGADO, 2006, p. 10).

Reconstituir a história de uma mulher parteira, cuidadora, é transitar pelos caminhos da História Oral contada pela população local. E, nesse sentido, pensar e debater paradoxos existentes entre a memória coletiva e a história narrada individualmente. Halbwachs (2006, p. 29) mostra que as memórias individuais se formam a partir da relação com o outro: recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação. Desse modo, a análise da trajetória de vida da personalidade destacada na região pelos passos da História Oral é acrescentar informações por meio de quem narra as histórias de vida, ou mesmo da tradição de um povo.

Para o historiador, os documentos não existindo, as memórias ocupam espaços na historiografia, já que o documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos restos do passado e uma das possibilidades é recorrer às falas de quem conviveu ou ouviu falar da Mãe Xanda. Estudos de Thompson (1992) mostram que a História Oral tem se revelado útil na reconstituição de saberes, experiências vividas no cotidiano, auxiliando na compreensão de processos históricos.

Toda fonte histórica deriva da percepção humana e subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta (THOMPSON, 1992, p. 197).

Nessa perspectiva, referenciar as fontes orais pressupõe que elas permitem compor parte desta investigação com subsídios nas entrevistas e questionários com pessoas idosas, moradoras antigas que participaram, acompanharam ou simplesmente remetem à memória social sobre a vida de Mãe Xanda na localidade. A memória oral/social pode ser registrada por meio de entrevistas, de relatos orais que dialogam com as fontes documentais existentes no local, embora escassas.

Em relação às fontes orais, o diálogo entre a história e a antropologia colaboram com as bases teórico-metodológicas, considerando a necessidade de compreender as histórias de vida dentro de um arcabouço estruturado pela cultura que, segundo Laraia (2009), é um processo acumulativo, resultante das experiências históricas das gerações anteriores. Trata-se, portanto de disposições legais e pressupostos entendidos como disposições

resultantes do vivido e percebido pelos grupos da comunidade em estudo.

Sendo a História Oral a principal fonte de coleta de dados utilizada e considerando que as pessoas são sujeitos da sua própria história, o dispositivo de coleta de dados foi um recurso para retratar o cotidiano. E a partir dos critérios de raça/etnia, posição na família, o legado deixado pela Mãe Xanda trouxe a outras mulheres, o exemplo e a tentativa de se aproximar dessa prática exercida pela mulher que influenciou tantas outras. Qual seria a razão desse modelo de mulher se impor numa comunidade? Seria pela forma de conduzir uma luta em favor de quem necessitava de apoio? Seria a busca pela cura não só na saúde, mas espiritualmente? Era Mãe Xanda, uma mulher de ação rápida e de muitas palavras de apoio?

Estudos de Pollak (1992) mostram que “no caso das pesquisas de História Oral que utilizam entrevistas, sobretudo de história de vida, é aceitável recolher memórias individuais e estas podem se cruzar com outras, tecendo uma memória coletiva”. Na complementação dessa ideia, Alberti (1990, p. 09) explica que a História Oral busca registrar impressões, vivências, lembranças de pessoas que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade, permitindo um conhecimento do vivido de forma mais rica, dinâmica e colorida.

Nesse sentido, os narradores têm uma função crucial para reconstituir a história dessa mulher, pois contribuem com falas que dão base para a escrita do trabalho de pesquisa. Seawright (2017) relata que “um trabalho de História Oral se justifica pelo estabelecimento de um projeto que demonstre procedimentos para a construção de um corpus documental formado por entrevistas”.

Retomando as palavras de Delgado (2006), esta lembra que “a análise dos depoimentos de História Oral, ou seja, da fonte construída, pode se construir em experiência ímpar e surpreendente, pela riqueza e diversidade das versões obtidas”. Thompson (1992) por sua vez, pontua que “a História Oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras revivendo um tempo que parece que se foi, mas que pode ser reconstituído a partir de vozes do passado. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”. O autor cita ainda que a História Oral pode ser construída, a narrativa da história de uma única vida. No caso específico na comunidade de Lafaiete Coutinho a construção da história refere-se a vida de Mãe Xanda e seu legado deixado durante os 49 anos que exerceu seu ofício de parteira.

E para se chegar ao objetivo da pesquisa buscou-se o aporte de pessoas da comunidade popular do município que conheceram e presenciaram a vida de Mãe Xanda. (Thompson, 1992, p. 26) enfatiza que nessas falas, ao contrário do que se pensa, é possível um julgamento muito mais imparcial onde as testemunhas podem, ser convocadas também

de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. No caso específico de Lafaiete Coutinho e dessa comunidade que conhecia Mãe Xanda, as testemunhas foram as pessoas mais ligadas a ela e as filhas pelo nascimento com ajuda de Mãe Xanda. Uma realidade comum em zona rural e comunidades populares.

Recorre-se aqui a uma outra categoria que é a da Memória e que, de acordo com Le Goff, (1990, p. 366), “tem propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões”. Essas impressões ou informações passadas, representam remontagem de coisas passadas e selecionadas.

A memória sendo um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, cruza com a história que aqui é entendida como presentificação de uma representação do passado. A memória é afetiva e mágica, não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (NORA, 1993, p. 09).

Nesta pesquisa, a figura de Mãe Xanda está presente na memória das pessoas da comunidade de Lafaiete Coutinho e que Halbwachs (1990, p. 53-54) diz se tratar de uma memória coletiva, pois envolve as memórias individuais que acabam tendo pontos próximos nas tessituras das lembranças, mas esta evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

Mãe Xanda tem sua memória preservada pelas pessoas da comunidade de Lafaiete Coutinho, mesmo tendo mudado o seu domicílio no ano de 1989. Halbwachs (1990, p. 82) pontua que a memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.

Le Goff (1990, p. 366) enfatiza a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. O autor cita ainda que “a memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças a sua semelhança com as passadas”. Delgado (2006) ressalta que “a memória é uma reconstrução sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente”. A autora cita ainda que a memória, tanto na sua versão individual como

na coletiva, tem potencialidades múltiplas, que correspondem à heterogeneidade das experiências humanas.

Se Mãe Xanda está presente na memória coletiva das pessoas da comunidade de Lafaiete Coutinho, onde exerceu o seu ofício de parteira, subsidiando mulheres antes, durante e após o parto, é preciso registrar esta história para não cair no esquecimento. Le Goff (2003) relata que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não pode se concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que eles guardavam a lembrança (HALBWACHS, 1990, p. 86).

Todavia, Delgado (2006) pontua que “a memória contém mensuráveis potencialidades, destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos e mitos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder”. Mãe Xanda viveu na comunidade de Lafaiete Coutinho em um período dominado por grupos hegemônicos, onde predominava a família patriarcal, branca e eurocêntrica e a sua memória coletiva está posta pelas memórias individuais de quem lembra, sempre entrelaçadas e selecionadas, mas quase sempre dotadas de um poder presente na força de uma mulher que precisa ser lembrada pois se estiver o esquecimento, há o silenciar.

Neste sentido, Mãe Xanda exerceu o seu ofício de parteira em um tempo em que o sistema de saúde era menos assistencial, dando suporte para mulheres da comunidade de Lafaiete Coutinho: tanto físico quanto psicológico, exercendo uma liderança feminina, que mesmo não tendo subsídios financeiros deixou seu legado e é reconhecida até hoje pelas pessoas da comunidade como uma matriarca querida por mulheres do povo.

AS NARRADORAS, COLABORADORAS DA PESQUISA

As entrevistas com colaboradoras – as mulheres do município de Lafaiete Coutinho que conheceram ou ouviram falar de Mãe Xanda – com seus partos realizados durante os 49 anos de atuação em diversos contextos do município e cidades circunvizinhas, falas cruzadas com as informações de filhos advindos desses partos. A imagem da Mãe Xanda está presente na memória individual dessas pessoas da comunidade. Uma mulher foi indicando a outra e formando a rede de colaboradoras. As entrevistas com essas pessoas da comunidade dão aporte necessário para a investigação desse legado que até então nunca foi registrado. No caso específico das entrevistas, estas foram feitas com pessoas que conheceram e conviveram com ela, desde a época do distrito de Três Morros até a

emancipação e anos posteriores do município de Lafaiete Coutinho.

Bom Meihy (2005) relata que “a memória individual, apesar de se explicar no contexto social, é aferida por meio de entrevistas nas quais o colaborador tenha ampla liberdade para narrar”. Alberti (2005, p. 101) enfatiza que uma relação de entrevista é, em primeiro lugar, uma relação entre pessoas diferentes, com experiências diferentes e opiniões também diferentes, que têm em comum determinado tema, por determinados acontecimentos e conjunturas do passado.

A autora cita ainda que “a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito”.

Certamente, as entrevistas corroboram com o trabalho de pesquisa, pois fornecem informações que de outra maneira não seria possível, consegue angariar informações relevantes de pessoas e grupos de períodos distintos. Alberti (2004) relata que “entrevistas pela História Oral permitem o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e de grupos pertencentes a diversas camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões”.

Essas entrevistas oriundas do trabalho de campo nada devem às teorias sacramentadas pela “Grande História”; não são concorrentes e, tampouco, avocam um “lugar conservador” em face de outras “fontes”, “ciências” e recursos auxiliares (SEAWRIGHT, 2017, p. 04). Recorrendo ao pensamento de Thompson (1992), “a entrevista pode revelar a verdade que existe por trás do registro oficial”. O autor cita ainda que “a entrevista deve ser interpretada como um produto conjunto de duas pessoas, uma forma de discurso [...] moldado e organizado pela atividade de perguntar e responder”.

Alberti (2013, p. 30) pontua que a entrevista de História Oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares. Nas entrevistas os fatos foram sendo narrados e as histórias contam o que presenciaram ou viram sobre o trabalho de Mãe Xanda, haja vista que a experiência histórica dessa mulher, torna o passado mais próximo, sendo um acontecimento que precisa ser escrito para não estar no esquecimento.

As lembranças, sobretudo, das pessoas mais idosas que presenciaram fatos importantes. Para Thompson (1992) “o lembrar, numa entrevista, é um processo recíproco, que exige compreensão de parte a parte”. Halbwachs (1990, p. 45) pontua que no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem no maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente

em contato com ele.

AS LEMBRANÇAS: MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E A MEMÓRIA COLETIVA OU SOCIAL

Bosi (1979, p. 28-29) relata que a função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida. A autora cita ainda que “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”. Mãe Xanda é lembrada pelas pessoas da comunidade de Lafaiete Coutinho pelo trabalho realizado e pelo legado deixado por ela durante os anos de atuação no ofício de parteira.

Halbwachs (1990, p. 62) enfatiza que as lembranças coletivas viriam aplicar-se sobre as lembranças individuais, e nos dariam assim sobre elas uma tomada mais cômoda e mais segura, mas será preciso que as lembranças individuais estejam lá primeiramente, senão nossa memória funcionaria sem causa. Para Halbwachs (1990, p. 51) a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto. O autor cita ainda que “as lembranças individuais estarão sempre atravessadas por memórias coletivas, uma vez que “jamais estamos sozinhos”.

Bosi (1979) assinala que “a lembrança pura, quando se atualiza na imagem-lembrança, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida”. Bosi (1979) enfatiza que “ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado”. Para Alberti (2013, p. 31) o processo de recordação de algum acontecimento ou de alguma impressão varia de pessoa para pessoa, conforme a importância que se imprime a esse acontecimento no momento em que ocorre e no(s) momentos em que é recordado. Segundo Halbwachs (1990) “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”.

Ricoeur (2006) fala desse lembrar: “narrar e narrar-se, se constitui no primeiro gesto de projeção de uma identidade narrativa que pode identificar-se no seu discurso dirigido a um outro”. Delgado (2006, p. 43) destaca as narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em

palavras os registros da memória e da consciência da memória no tempo. A autora cita ainda que são importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que narraram a História da humanidade.

São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento de mulheres que têm legados interessantes como ser do mundo e em favor de grupos invisibilizados. As narrativas, tais quais os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão de heranças identitárias e tradições e nesta pesquisa, procuramos saber o que pensam as mulheres sobre a figura de Mãe Xanda. Thompson (1992) postula que “as narrativas, porém, em geral são também utilizadas para contar vidas individuais, visando transmitir valores; e o que eles transmitem é a verdade simbólica”. Porém, para Delgado (2006) “as narrativas têm a potencialidade de fazer viajar o ouvinte através da viagem narrada. Como fontes para reconstrução do conhecimento histórico, seu potencial é inesgotável”.

Os melhores narradores são aqueles que deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada às referências sociais da memória e da complexa trama da vida (DELGADO, 2006, p. 44).

A PESQUISA *IN LÓCUS*: OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

A pesquisa *in lócus* foi realizada no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá número 09, do qual Lafaiete Coutinho faz parte. Flores (2014, p. 22) relata que os Territórios de Identidade (TI) são a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, desde o ano de 2007, quando o governador recém eleito Jaques Wagner, (Partido dos Trabalhadores - PT), utilizou os TI já na consulta popular para a elaboração do Plano Plurianual Participativo 2008-2011 (PPA).

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá localiza-se no centro sul da Bahia e possui extensão total de 10,4 mil quilômetros quadrados. É composto por 20 municípios: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra. A população total do território é de 274,9 mil habitantes. O maior município é Jaguaquara, com população de 51 mil habitantes, de acordo com o Censo 2010 do IBGE (BAHIA, 2015, p. 05).

De acordo com o quadro fixado pelo Decreto - Lei estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no quinquênio 1944-1948, e retificado pelo Decreto estadual nº 12978,

de 01 de junho de 1994, Maracás permanece composto de 5 distritos: o da sede e os de Ibitiguira (antiga Vista Alegre), Juraci, Tamburi e Três Morros. (PMM, 2022). No contexto da Segunda Guerra Mundial, em 1944, 156 alemães foram enviados a Maracás. Fonseca (2006) pontua que “a presença dos alemães teve uma importância singular no processo de construção da cidade. Exemplos são: a Igreja Matriz, que preserva a arquitetura no mesmo estilo das igrejas luteranas”. O autor cita ainda a balaustrada nas proximidades da Praça Rui Barbosa e o monumento do índio maracá, no centro da praça; todos fruto das habilidosas mãos alemãs. Nogueira (2004) relata que “a presença dos alemães se deu apenas na sede do município de Maracás, e em Três Morros só foi identificada a presença de duas famílias italianas: a família Liporace e a família Eliote”.

Carvalho (2019, p. 19) aponta que o domínio territorial do município de Maracás era bastante extenso, abrangia uma área de grande dimensão territorial, dificultando totalmente o processo administrativo, deixando os distritos em total abandono. De acordo com Carvalho a grande distância entre Maracás e Três Morros e as dificuldades de acesso pela carência de boas estradas vicinais criava empecilhos para a realização de uma boa administração por parte do governo local. Depois da emancipação política e administrativa do município de Lafaiete Coutinho, Maracás além de perder grande parte do seu território, perdeu também receita. Nogueira (2004) ressalta que “Maracás além de perder parte considerável de seu território, perdeu também parte de sua população que em 1962 estava estimada em 16.000 habitantes”.

Em relação a nossa pesquisa, elucidamos o município de Lafaiete Coutinho, lugar de memória da Mae Xanda tem a sua trajetória marcada no município de Maracás onde nasceu em 1910, em Três Morros a partir de 1930 e posteriormente em Lafaiete Coutinho a partir de 1962, quando o município foi emancipado, exercendo o seu ofício de parteira, dando o aporte para mulheres que necessitavam fazer os partos de seus filhos. É interessante perceber uma noção de identidade social e cultural com aquilo que nos rodeia.

De acordo com Nora (1993, p 27), os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, mas uma memória reavivada e contada. Cada lugar pode provocar sentimentos de pertencimento. Certos lugares indicam intenções de especificidade e identidade social. Lugares de memória também condicionam e refletem um sentido social de grupo. pois compreende-se que lugares são advindos de saberes, conhecimentos e perspectivas construídas à luz das experiências que se configuram na memória, pois estas tem seus simbolismos, e implícita as cosmologias que permeiam em tais espaços. Além disso, a edificação de lugares de memória surge de uma necessidade objetiva dos grupos sociais.

CAPÍTULO 2. MARCO TEÓRICO DA PESQUISA

Thompson (1981) postula que não se pode impor ou revelar ao conhecimento, pois tudo isso se processa aos poucos no pensamento e em seus procedimentos adotados, mas isso não significa que seja inerte de outras maneiras. E coroando tudo, o real não está “lá fora” e o pensamento dentro do silencioso auditório de conferências de nossas cabeças, “aqui dentro”. Pensamentos habitam um único espaço, que somos nós mesmos e mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser e ao mesmo tempo contemplarmos a própria realidade, as nossas escolhas.

AS CATEGORIAS TRABALHADAS

Esta pesquisa aborda o trabalho de uma mulher inserida na ética do partear e do cuidar e, sendo assim, de modo subjetivo, algumas categorias foram se mostrando durante a jornada de pesquisa. E, portanto, abrangendo essa atividade da pesquisa social, categorias foram sendo definidas, tais como: *História Oral*, *Memória*, *Frenteira*, *Identidade*, *Parturição*. Nitidamente, para se chegar ao caso específico da história, o legado de Mãe Xanda, a parteira mais conhecida do município de Lafaiete Coutinho, algumas categorias que se revelaram durante esta caminhada em leituras em campo foram sendo tecidas passo a passo.

Alberti (2004, p. 13-14) relata que a história, como toda atividade de pensamento, opera por descontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou. Le Goff (1990, p. 13) pontua que o tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta. A História Oral busca registrar impressões, vivências, lembranças de pessoas que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade, esta permite um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. Alberti, (1990, p. 1-2) assinala ainda que a História Oral pode ser entendida como um método de pesquisa histórica e antropológica, que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram, ou testemunharam acontecimentos. História Oral e Conhecimento Histórico são para um historiador substratos para pensar as identidades e as possibilidades de construção de conhecimentos mediante a utilização de fontes orais.

Bosi (1994) discorre que “a lembrança é a história da pessoa e seu mundo, enquanto vivenciada”. E, dialogando com autores memorialistas sobre a história local, as fontes documentais escritas em jornais da época, fotografias, trabalhos acadêmicos,

documentos oficiais da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal de Vereadores e do Fórum da Comarca, a coleta de documentos com informações advindas da família de Mãe Xanda deram o aporte para a construção dos textos. Alberti (2004) ao pesquisar sobre História Oral, “afirma que muitos não percebem, contudo que a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis”.

Todavia, a História Oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (DELGADO, 2006, p. 15). Além da História Oral (HO) faz-se necessário recorrer também aos documentos, sobretudo os oficiais, dos órgãos e instituições locais e regionais, pois os mesmos sem dúvidas dão subsídios e suporte para a escrita do trabalho e da pesquisa.

Para Le Goff (2003, p. 537-538) o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando o seu significado aparente. Destarte, o documento além de dar subsídios para a pesquisa dá também validade e constatação da veracidade dos fatos e exatidão das datas em que ocorreram, que aliado com a história oral dão suporte para a realização de um bom trabalho. A História Oral também dá este aporte para a reconstituição do legado de Mãe Xanda em Lafaiete Coutinho. A historiadora Verena Alberti (1990, p. 10) enfatiza que a grande riqueza da história oral é ela permitir investigações sobre como representações se tornam fatos – o que pressupõe um caráter “acontecimental” da memória, para além de sua função de “significar” o passado. Para se fazer história recorre-se as contribuições dos colaboradores. Segundo Thompson (1992):

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta (THOMPSON, 1992, p. 146-197).

Concordando com Thompson em relação a fonte oral, pois ela busca atingir a veracidade da informação na sua origem. Para Le Goff (1990, p. 9) a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer “Eu vi, senti”. Este aspecto da história-relato, da história testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. No caso específico de Lafaiete Coutinho, os colaboradores (mães, pais e filhos) disseram que viram, que conheceram Mãe Xanda, pois ela está presente na memória coletiva do povo lafaietense. (Bom Meihy (2005, p. 93) pontua que a história oral tem um caráter revolucionário, pois ela se tornou razão de ser de atenções aos fatos locais de interesses coletivos.

Alberti (2004, p. 5) enfatiza que a História Oral como um todo decorre de uma postura com relação a história e as configurações socioculturais que privilegia a recuperação do vivido. Busca-se o aporte de colaboradores que se dispõem a contar o que viram, o que presenciaram, para subsidiar a escrita do trabalho e reconstituindo dessa maneira a história. A História Oral dá o aporte necessário para se fazer a reconstituição da memória, da memória social e da memória coletiva, presente na comunidade. Para reconstituir o legado deixado por Mãe Xanda em Lafaiete Coutinho recorre-se aqui à memória coletiva.

Memórias evocadas que, segundo Halbwachs (1990, p 36), quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo. De acordo com o autor, as lembranças estão presentes na memória do grupo, no caso específico em Lafaiete Coutinho na memória dos grupos de pessoas que conviveram com Mãe Xanda, (mulheres parturientes, pais e as crianças) que ela fez os partos.

Halbwachs (1990, p. 109) destaca ainda que a Memória Coletiva avança no passado até certo limite, mais ou menos longínquo aliás, segundo se trata deste ou daquele grupo, para além deste limite ela não atinge mais os acontecimentos e as pessoas numa apreensão direta.

O historiador Bom Meihy (2005) fala de uma memória de lembranças que possui uma grande variedade de definições: “faculdade de lembrar, de reter impressões e ideias, lembrança, recordação, reminiscência”. Bosi (1979, p. 15) pontua a memória como conservação do passado; este sobrevive, quer chamado pelo presente sob as formas da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente”. A trajetória de Mãe Xanda em Lafaiete Coutinho está presente nas memórias das pessoas mais velhas da comunidade. Bosi (1979) relata que:

Os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros, mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação (BOSI, 1979, p. 23).

Ora, os velhos além de serem os guardiões das tradições orais, tem a função de passar os ensinamentos para os jovens. A autora menciona ainda que o velho carrega em si, mais fortemente, tanto a possibilidade de evocar quanto o mecanismo da memória, que já se fez prática motora. Mãe Xanda está presente na memória coletiva do povo de Lafaiete Coutinho.

Halbwachs (1990, p. 88) ao enfatizar que a memória coletiva é advinda de um grupo de analogias, esta é natural e se convênça quando o grupo permanece e se fixa na atenção

sobre ele. No caso específico da comunidade lafaietense, Mãe Xanda está presente na memória das pessoas que a conheceram, sobretudo, de um grupo de pessoas, as mulheres parturientes que foram assistidas por ela no momento do parto.

Para Pollak (1992) “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente”. Thompson (1992) relata “a construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo”.

Os estudos de Ricoeur (2007) nos mostram “que não tem nada melhor do que a memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela”. Nora (1993) relata que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado”.

Para Bom Meihy (2005) “as memórias são organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem a fatos concretos, objetivos e materiais”. O autor cita ainda que as memórias são organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem a fatos, objetivos e materiais.

A memória é base construtora de identidades e solicitadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e/ou membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família (Delgado, 2006, p. 38). As memórias envolvem as categorias de tempo e espaço, e no caso específico das pessoas que conheceram e conviveram com Mãe Xanda, as pessoas mais velhas a conheceram desde os idos anos 40 do século passado, quando ela começou a partejar ainda no distrito de Três Morros, posteriormente após a emancipação em 1962, município de Lafaiete Coutinho. Segundo Bom Meihy (2005):

A memória é sempre dinâmica e muda e evolui de época para época, é prudente que seu uso seja relativizado, pois o objeto de análise, no caso, não é a narrativa, objetivamente falando, nem sua relação contextual, mas sim a interpretação do que ficou (ou não) registrado na mente das pessoas e foi passado para a escrita (BOM MEIHY, 2005, p. 112).

O autor pontua que a memória muda e evolui em épocas distintas, no caso específico de Mãe Xanda, ela está presente na memória das pessoas mais velhas da comunidade que viveram no distrito de Três Morros até os dias de hoje em Lafaiete Coutinho. Halbwachs (1990) relata que “a memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta”.

Estudos de Le Goff (1990, p. 368) mostram que a memória tem a capacidade de

adquirir, recuperar, armazenar fatos, acontecimentos, nomes de pessoas e instituições. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história.

Trabalhando com a categoria Etnicidade, recorre-se aos estudos de Goicoechea (2011, p. 237) que afirma que esta é um produto humano, social, que mostra propriedades sistemáticas e tem a capacidade de organizar-se sistematicamente, referindo as interrelações entre as partes. Para Poutignat e Streiff- Fenart (1998), “a etnicidade é um elemento das negociações explícitas ou implícitas de identidades sempre implicadas nas relações sociais”. ‘Ser negra’ remete a algumas preocupações inseridas no contexto da sociedade brasileira, especialmente quando há relatos das marcas sociais e relações inseridas no contexto da sociedade, sendo Mãe Xanda uma mulher viúva, sem subsídios financeiros, seria um marcador para permanecer invisibilizada pela história oficial do município de Lafaiete Coutinho?

Etnicidade liga-se ao estudo da produção e da utilização das marcas, por meio das quais os membros das sociedades pluriétnicas identificam-se e diferenciam-se, e ao estudo das escolhas táticas e dos estratagemas que acionam para se safarem dos jogos das relações étnicas (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 117). Goicoechea (2011) pontua “a etnicidade como uma concepção analítica-descritiva útil para compreender determinadas diferenças e semelhanças coletivas”. Mãe Xanda viveu em uma época que predominou a família patriarcal, branca, de modelo eurocêntrico que demarcou os espaços de poder de grupos hegemônicos.

Para Barth (1997) “etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função da sua origem”. O sentimento de pertença ou de uma identificação com um grupo étnico, pelos membros de uma coletividade, de sociedade indica para a aceitação aos modelos da coletividade. A etnicidade assegura a unidade efetiva do grupo tanto quanto pressupõe seu caráter constituído. A especificidade de organização social étnica decorre do papel que nela desempenham os contrastes culturais, mas esse papel não pode ser dissociado dos processos de manifestações de identidades (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 112). Goicoechea (2011) enfatiza “o grupo étnico uma vez em que sua fronteira se encontra com outros grupos étnicos”.

Os grupos étnicos são distintos, com características e particularidades que cada um tem, com suas fronteiras. Para Bart (1997) a etnicidade “é um conceito de organização social que nos permite descrever as fronteiras e as relações dos grupos sociais em termos de contrastes altamente seletivos, que são utilizados de forma emblemática para organizar as identidades”. A Etnicidade é vista como uma construção social de pertença, situacionalmente determinada e manipulada pelos atores; o desacordo recai na natureza

da “necessidade” ou dos motivos que levam os grupos a se distinguir um dos outros e a organizar suas relações sociais baseadas nestas distinções (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998, p. 124).

Etnicidade como princípio ordenador que pode estruturar algumas parcelas da vida social para determinadas situações, sendo que outros sistemas de referência não necessariamente indenitários podem ser os princípios ordenadores preferentes da experiência das pessoas e da coletividade (GOICOECHEA, 2011, p. 243).

Para estudar a categoria Identidade Étnica e Cultural de Mãe Xanda no município de Lafaiete Coutinho, busca-se o aporte de Hall (2005) que afirma que “a identidade étnica vai se reconstruindo e se reconfigurando ao longo do processo histórico”. Balibar (1996) relata que “a noção de identidade se torna mais concreta, quando analisada a partir do prisma de pertencimento, haja vista que a representação ‘do nós’ cruza com ‘o eu’ do sujeito para entrar em comunicação como o outro”.

O filósofo francês Paul Ricoeur (2006, p. 118) pontua que a presença da identidade, uma história de vida se mistura a dos outros [...]. O embaralhamento das histórias, longe de se constituir uma complicação secundária, deve ser considerada a experiência principal do assunto: primeiramente embaralhamento nas histórias, antes de qualquer questão de identidade narrativa ou outra”.

Mãe Xanda criou sua identidade étnica e cultural de mulher negra, viúva, parteira que exerceu o seu ofício com maestria, com um conhecimento ancestral que lhe permitiu subsidiar as mães parturientes no município de Lafaiete Coutinho durante os 49 anos que atuou. Poutignat e Streiff-Fenart (1998) pontuam “a identidade étnica, como um estatuto imperativo que exerce sobre o indivíduo no que concerne à variedade de estatutos e papéis que ele pode assumir”. Munanga (1999) mostra que:

A identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição do negro, em dizer, de cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro. A fidelidade repousa numa ligação com a terra-mãe, cuja herança deve, custe o que custar, demandar prioridade. A solidariedade é o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los e a preservar nossa identidade comum” (MUNANGA, 1999 p. 23.).

Ser parteira negra que presta assistência a parturientes antes, durante e após o parto. No caso específico de Mãe Xanda em Lafaiete Coutinho esta assistência foi prestada tanto para as parturientes como para as crianças que ela ajudou a trazer ao mundo, criando dessa forma uma identidade cultural que prima pelo cuidado, pelo zelo, pelo carinho e pelo afeto.

Para Pollak (1992) “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”.

Silva (2008) pontua que “identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora”. Para Poutignat e Streiff- Fenart (1998) “a identidade pessoal de cada um é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos”. Os autores assinalam ainda que a identidade étnica é definida como um quadro cognitivo comum que constitui uma guia para as relações sociais e a interpretação das situações.

A identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo (SILVA, 2008, p. 96). Identidades referem-se a atributos culturais, simbologias, experiências, hábitos, crenças, valores. Remete a um elenco de variáveis em permanente construção. Nesse sentido, para determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (CASTELLS, 1999, p. 22).

As identidades são posições que o sujeito é obrigado assumir, embora sabendo (aqui a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma falta, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do outro e que, assim, eles podem, nunca, ser ajustadas idênticas, aos processos de sujeito que são nelas investidos (SILVA, 2008, p. 112).

Para a compreensão da trajetória de Mãe Xanda como mulher negra, viúva e parteira recorre-se aqui aos estudos de gênero que de acordo com Scott (2012) “é uma distração de causas mais imediatas e fundamentais de desigualdade entre pessoas e nações, bem como entre os sexos”. E para a compreensão destas posições de poder, analisa-se como o patriarcado demonstra a sua supremacia, com o pensamento machista arraigado desde o período colonial brasileiro que vem demarcando as relações de gênero, construindo fronteiras, além da retirada de seus direitos. Mãe Xanda viveu na sociedade tresmorrense e posteriormente lafaietense em um período que a supremacia branca, patriarcal, eurocêntrica era bastante marcante.

Scott (2012) mostra em seus estudos que “gênero é uma questão perpetuamente aberta: quando pensamos que foi resolvido, sabemos que estamos no caminho errado”. E quando tratamos dos direitos das mulheres, percebemos a exclusão desses direitos,

sobretudo, das mulheres das classes mais desfavorecidas economicamente. Spivak (2014) frisa que “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. Para Scott (1990) “gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes”.

Lorde (2020) lembra que “para se perpetuar, toda opressão deve corromper ou distorcer as fontes de poder inerentes à cultura das pessoas oprimidas, fontes das quais pode surgir a energia da mudança”. As mulheres eram invisibilizadas e quando estas passaram a ganhar mais espaço no público, foram estigmatizadas como inferiores, recebendo menor salário e selos de incapacidade diante do papel masculino. Scott (1990) enfatiza que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

A ideia mais radical de entendimento de gênero é sobre a concepção de várias definições de homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade. É sobre as lutas para manter os significados no lugar (impor e fazer cumprir as normas) e lutas para resistir ou derrubá-los (SCOOT, 2012, p. 337). Dentro das relações de poder, pontuamos que o feminismo por exemplo, vem sendo tratado de forma rotulada como inferior, sobretudo, quando se trata da questão étnica, de raça e de classe popular, as disputas de poder demarcam o território da resistência e da violência e as posições dos sujeitos envolvidos, então questiona-se: Pode o subalterno falar?

Para Spivak (2014) se “o discurso do subalterno é obliterado, a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero”. O fato de Mãe Xanda ser mulher negra, sem subsídios financeiros e sem conhecimento acadêmico e científico seria um marcador para tentar colocá-la na condição de subalternidade?

Kilomba (2019) ressalta “o processo de invisibilização da mulher negra que sofre mais as mazelas do preconceito”. Ser mulher e negra são desafios de conquista pois a sociedade brasileira é um campo de preconceito e privilégios eurocêntricos que estão em jogo. Nessa perspectiva, fica nítida a pergunta ao leitor: como superar estes preconceitos resultantes dos termos da desigualdade e do poder? Scott (1990) relata que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Numa sociedade onde todos os sujeitos exercitam e sofrem efeitos de poder, em

que mulheres e homens são muitas “coisas” ao mesmo tempo (têm múltiplas identidades) e, sendo múltiplos, participam de intrincadas redes de poder. Nossas análises e nossas formas de intervenção não podem abandonar as mulheres, mas serão mais eficientes na medida em que considerarem a pluralidade e a contingência dos sujeitos envolvidos (LOURO, 1997, p. 158). A autora cita ainda que os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder.

Para entender a trajetória de Mãe Xanda em Lafaiete Coutinho e a sua atuação como parteira recorre-se aos estudos de Capiberibe (2002) que relata que “a transmissão de conhecimento das parteiras tradicionais para o mundo da ciência e para a sociedade em geral, continua a ser por via oral”.

De onde vem o saber de uma parteira? Capiberibe (2002, p. 78) assinala que ele é passado de geração em geração através de uma linguagem oral, pois a grande maioria das mulheres que se dedica a este ofício é analfabeta em função das condições circunstanciais de suas vidas. O ofício desempenhado pelas parteiras tem um conhecimento milenar transmitido de mãe para filha, mulheres sem conhecimento acadêmico, mas que exercem o ofício com maestria, subsidiando mulheres parturientes a trazerem seus filhos ao mundo. Começam a exercer o ofício a partir dos 29 anos e permanecem desempenhando as atividades até os 89 anos.

Nogueira (2004) pontua que “a falta de políticas públicas desde os idos anos do distrito de Três Morros até a sua emancipação passando a categoria de município de Lafaiete Coutinho era muito grande”. Período que as pessoas da comunidade sentiam a carência também de estradas vicinais para o deslocamento entre a zona rural e a sede do município e até a cidade de Jequié.

Mãe Xanda começou a partejar em 1940, suprindo dessa forma as carências que a comunidade tinha na época, desprovida de políticas públicas. Dentro da cultura popular destacamos o trabalho de Mãe Xanda na arte de partejar, uma arte milenar, considerado o ofício mais antigo do mundo. Essas mestras trazem uma sabedoria que não vem dos livros, mas da experiência de anos de prática no ato de partejar (CARVALHO, 2019, p. 59).

O conhecimento das parteiras tradicionais é ancestral, passado de mãe para filha, tradição que permaneceu por séculos na história brasileira. Segundo Capiberibe (2002):

Respeitadas pela população, usando toques, rezas, cantos, seguindo antigos costumes pouco estudados, com um conhecimento do corpo feito de experiência prática, estas mulheres têm um papel social importante, representam um socorro precioso para as parturientes ao originar-se a vida, uma relação com o sagrado que é o nascimento. São conhecedoras das famílias, das comunidades, dos segredos da intimidade e dramas que se desenrolam nas lonjuras e pequenas vilas (CAPIBERIBE, 2002, p. 13-14).

Conforme Capiberibe, o respeito da população com as parteiras é muito grande, tanto pelo ofício que elas desempenham, como pelo conhecimento que elas adquirem ao longo da vida. No caso específico de Lafaiete Coutinho, o respeito e o reconhecimento da comunidade pelo trabalho desenvolvido por Alexandrina Constantina da Silva está presente nas memórias dos moradores. Mãe Xanda, mulher guerreira, ajudou a trazer à vida milhares de filhos lafaietenses por meio do seu conhecimento adquirido na escola da vida, ajudando muitas mães a dar à luz em um tempo bastante difícil da nossa história. Alexandrina era querida por todos pelo relevante serviço prestado à nossa comunidade (CARVALHO, 2019, p. 59).

O ofício desempenhado por Mãe Xanda é reconhecido pelas pessoas da comunidade de Lafaiete Coutinho (mães, pais e filhos) que ela ajudou a trazer ao mundo. Este reconhecimento e o seu legado está presente na memória das pessoas da comunidade. Carvalho (2019) relata que “Alexandrina Constantina da Silva, carinhosamente conhecida como “Mãe Xanda” foi homenageada em uma das edições da Feira de Ciências e Cultura na cidade de Lafaiete Coutinho”.

As parteiras transmitem entre o biológico, o mágico e o social: para o seu trabalho, são fundamentais o grupo doméstico e o de parentesco, os padrões de alimentação e atividades de subsistência, os laços entre mulheres que moram muito longe uma das outras e vão criando uma forte rede solidária entre si (CAPIBERIBE, 2002, p. 17-18). Mãe Xanda criou, em Lafaiete Coutinho laços de amizade, carinho e afeto, pela ética do cuidar, mantendo o vínculo com as famílias que ela subsidiava fazendo o parto das mulheres que necessitavam trazer seus filhos ao mundo, sendo reconhecida pelas pessoas da comunidade como uma matriarca muito querida por toda a comunidade.

A TRAJETÓRIA DE ALEXANDRINA CONSTANTINA DA SILVA (MÃE XANDA) (1910 – 2006)

Alexandrina Constantina da Silva (Mãe Xanda), natural do município de Maracás – Bahia, nascida em 31 de dezembro de 1910, filha de Justina Paula de Jesus. Foi uma mulher que se dedicou ao ofício de partejar e a ética do cuidar, no distrito de Três Morros, posteriormente município de Lafaiete Coutinho – Bahia, onde atuou por 49 anos, subsidiando mulheres que necessitam fazer os partos. Foi casada com Avelino Pereira da Silva, com quem teve seis filhos: Maria de Lourdes Pereira da Silva, Evani Pereira dos Santos, José Pereira da Silva, Terezinha Constantina da Silva, Damião Pereira da Silva e Avelina Cardoso da Silva.

Mudou seu domicílio de Maracás para o distrito de Três Morros e após ficar viúva em

1940, com apenas 30 anos de idade, começou a exercer o seu ofício de parteira, e fez mais de 1.000 (mil) partos, em um período que não existia políticas públicas para o atendimento à saúde tanto em Três Morros como em Lafaiete Coutinho. Atuou como parteira em Três Morros por 22 anos e após a emancipação do município continuou partejando, mais 27 anos, até o ano de 1989, época que já estava idosa com 79 anos de idade, mudando seu domicílio para a cidade de Itiruçu – BA.

Mesmo após a emancipação do município de Lafaiete Coutinho existia muita carência, pelo fato do município se configurar entre os treze mais pobres da Bahia, faltava estradas vicinais para o acesso à sede do município e aos outros municípios circunvizinhos. Contar sua história é reconstituir seu legado deixado para a comunidade em um período que predominou a família patriarcal, branca de modelo eurocêntrico.

Mãe Xanda – uma mulher que se dedicou à ética do cuidar pela arte de partejar. Escrever sobre sua história é refletir sobre a trajetória e legado deixado na comunidade de Três Morros em Lafaiete Coutinho na Bahia. Contar sua história é reconstituir sua identidade na localidade, enfatizando a liderança feminina exercida entre as mulheres e reafirmando a identidade étnico-racial, de gênero e laboral de uma parteira da comunidade.

Verifica-se a luta das mulheres para vencer dificuldades em uma sociedade de modelo patriarcal, de certa forma assegura a posição social entre grupos com privação de direitos. Diante de tais constatações, surge a pergunta: as heranças históricas advindas dos processos de colonização, cristalizaram posturas e olhares à essa mulher, firmando uma imagem de submissão pela própria condição de inferioridade que vem sendo atribuída às mulheres? Ser mulher negra, analfabeta e de classe social desfavorecida, seria um forte marcador para o esquecimento de suas memórias?

O fenômeno da prática de ser parteira está arraigado no cotidiano vivido pelas mulheres mestras da cultura popular, que se reconhecem na comunidade, como seguidoras da Mãe Xanda que se tornou ícone, embora invisibilizadas por grupos hegemônicos da cidade, numa dinâmica entre lutas e resistências. Reconhecer seu legado é adentar no campo instituído por batalhas em várias frentes femininas, buscando ser solidária para sanar carências e falta de recursos das famílias e em especial, mulheres e crianças. Mãe Xanda ficou conhecida pela luta política destinada à população desfavorecida, enveredando em espaços públicos e privados em função da sua profissão, provendo saúde e, principalmente, cuidando da comunidade.

Histórias que, de outra forma, não seriam conhecidas, pois contam a vida de minorias invisibilizadas. A trajetória e as memórias de Mãe Xanda estão na memória de muitas pessoas, mas com o tempo tendem a ser apagadas e esquecidas. Conforme pontua

Ortiz (2006) “a memória nacional e a identidade brasileira são construções simbólicas que dissolvem na heterogeneidade das culturas populares na homogeneização e narrativa ideológica”. Nesse viés, pensar as identidades a partir de grupos minoritários é buscar nas suas narrações, seus significados e experiências, tornando um desafio para quem buscar saber a história a partir de vários olhares.

Recorre-se aqui aos estudos sobre etnicidade que se referem aos grupos, ou mais exatamente aos povos e suas construções, espaços potenciais situados em um estágio preliminar de formação de consciências. Barth (1997) ressalta que:

Etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função da sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (BARTH,1997, p. 141).

Tendo a etnicidade um significado social está ligada a construções inseridas numa cultura pelos seus diversos grupos e intenções. Assim, torna próxima da noção de raça e preconceito e estes não se manifestam nas condições de isolamento, ao contrário, nas interações. Além de ouvir as pessoas que conviveram com mãe Xanda e que contam e recontam histórias ouvidas pelas mães e avós, as histórias estão nas memórias de antigos moradores do município e estas foram colhidas através de registros que vieram a ser escritos pelas falas das colaboradoras da comunidade.

A história local utiliza fontes documentais encontradas em arquivos de familiares de Mãe Xanda, isso porque a História Oral é o procedimento que permite descobrir pistas, pois através da oralidade o pesquisador consegue angariar dados novos e importantes que não são encontrados e registrados em escritos. Thompson (1992) lembra:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem (THOMPSON, 1992, p. 17).

Ao utilizar métodos e técnicas da História Oral, a ideia é, trazer a história para dentro da comunidade e extraí-la de dentro da comunidade para compreender o que de fato aconteceu. Por isso, a história oral tem se revelado útil na reconstituição de saberes, experiências vividas no cotidiano e fornece dados importantes para auxiliar na compreensão de processos históricos.

Todavia, a memória de um sujeito pode ser a memória de muitos, porque possibilita a evidência dos fatos coletivos. Conforme Halbwachs (1990), “a memória é, sobretudo uma (re)construção do passado no presente e esta contribui também com o debate que distingue

memória e história”. Essa diferenciação é fundamental para a compreensão de que a memória não traz à tona os fatos vividos, mas os reconstrói de acordo com o pensamento do tempo presente. Ou seja, o que passou é reconstituído a partir das experiências que o sujeito ao contar ressignifica.

A memória tem a capacidade de adquirir, recuperar, armazenar fatos, acontecimentos, nomes de pessoas e instituições, mas há que se atentar para o fato de que não é o passado, mas a reconstituição do passado na atualidade. Por isso, Le Goff (1990) aponta “o estudo da memória social como um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da história, conforme o caso em tela”.

Além da memória, há que se pensar nos legados tradicionais que fazem com que os grupos se vejam representados no tempo pretérito. Para o historiador Eric Hobsbawn (1984), “o estudo das tradições esclarece as relações humanas com o passado, a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado”. Essas transmissões são costumes, comportamentos e memórias para as pessoas de uma comunidade e fazem parte da cultura desse povo.

Mãe Xanda (1910-2006) foi uma mulher negra, simples, sem subsídios financeiros e viveu no distrito de Três Morros, posteriormente município de Lafaiete Coutinho. Na sua trajetória de vida construiu uma história de quarenta e nove anos de trabalho e é reconhecida, por alguns moradores, como uma das matriarcas mais queridas e amadas do lugar devido ao seu ofício (NOGUEIRA, 2004, p. 98).

Portanto, o trabalho de partejar destaca a trajetória e o legado da mulher negra, pobre que a identifica como mulher exemplo pelo legado deixado na comunidade. As sociabilidades construídas por ela, as posições das hierarquias de classe, gênero e raça/etnia interpreta os significados dos lugares sociais que foram ocupados entre o espaço público e o privado que trouxeram e realçam a identidade étnica nas memórias sobre os fazeres e saberes da Mãe Xanda. E para além desse ofício, ajudou famílias, acolheu nas horas de dificuldades e recebeu crianças que chegavam ao mundo, sem atenção e cuidados médicos adequados, por muitas décadas.

Conforme informações vindas da família, Mãe Xanda, fez tantos partos na comunidade que se fala de mil partos, encerrando suas atividades no ano de 1989, aos 79 anos de idade. Mulher de luta e resistência quando pelas tentativas de invisibilidade, resolve mudar-se para a sede do município de Itiruçu, cidade vizinha, para fazer o seu ofício. Mas o que realmente fez Mãe Xanda sair de sua comunidade? Contam que em razão de família, resolveu depois de dois partos na referida cidade, ficar por ali e vivenciar novas convivências. Exerceu o ofício de parteira aos trinta anos de idade e em 1940, após ficar

viúva no distrito de Três Morros, já sentia dificuldades para atender as demandas locais e o constante deslocamento das parturientes até a cidade de Jequié, acabou dizimando a prática do parto em casa.

Estudos de Abreu (2005) confirmam que “as parteiras tradicionais possuem limitados conhecimentos técnicos e científicos, principalmente por seu trabalho encontrar-se isolado do serviço de saúde local”. Elas realizam os partos em meio a dificuldades e falta de equipamentos e infraestrutura. É notório que essas parteiras desenvolvem habilidades que lhes auxiliam na resolução de problemas em partos difíceis, tais como: bebê fora da posição, sangramento e febre no parto, eclampsia, dentre outros. Mãe Xanda tinha suas técnicas para o parto natural.

Abreu (2005) ainda cita que “as parteiras se preocupam com o bem-estar e o conforto da mulher que assiste, assumindo tarefas domésticas, prestando assistência”. Esta assistência é marcada pelo afeto, calor humano, companheirismo, confiança e segurança. Essas qualidades contribuíram para potencializar a força da mulher grávida e ajudava a conduzir o parto natural, criando um ambiente que favorecia a evolução do trabalho de uma parteira, além de recepcionar e acolher o recém-nascido.

Conforme narrações colhidas na região, após fazer o parto, Mãe Xanda mantinha um relacionamento com a família da criança e em muitos casos, chamava a parturiente de comadre e as crianças quando cresciam iam à sua casa e pediam-lhe a bênção, demonstrando respeito, amor e carinho, apesar do não parentesco consanguíneo. Trata-se do parente de consideração, podendo substituir o pai ou a mãe em circunstâncias diversas. Cuidava das mulheres humildes e, na maioria das vezes, analfabetas, e era dotada do dom de partejar, ajudando dessa forma a muitas pessoas que dependiam de assistência, principalmente no que tange a lugares mais longínquos, sobretudo, nessa região e em anos passados, cuja acessibilidade era difícil.

De acordo com Capiberibe (2002, p. 21) as parteiras foram e ainda são mulheres humildes com idade entre dezoito e oitenta anos e a maioria sem estudo. Apesar disso, desenvolvem o dom de partejar por herança de suas ancestrais desde o tempo em que viviam nas senzalas e eram obrigadas a se virar sozinhas. Destarte, por necessidade preservam e mantêm conhecimentos que são passados de geração em geração, atuando em locais em que há extrema falta de médicos e condições de locomoção para hospitais. Mulheres que viajavam a pé, arriscam em rios, igapós, igarapés e enfrentam os desafios da natureza. Aonde vão, há sempre uma visita a gestante que espera pelo dom da imposição de mãos, pelas rezas e cantos que fortalecem o espírito e suprem a falta de assistência à saúde.

Assim, a participação e atuação de Mãe Xanda marca a história do município de Lafaiete Coutinho com o ofício de partejar exercido por quase cinco décadas. Conta-se que na região, não havia estradas em condições de tráfego, por isso sua função era ajudar as mulheres a terem seus filhos.

Os estudos de Hall (2004) mostram que “o fator que contribui para a reconstrução dessa identidade é o sentimento de pertença a uma determinada cultura”. Este sentimento contribui para que o sujeito busque em seus traços culturais, sua etnia e pertença, valorizando não só a tradição, mas a cultura local. Nesse sentido, Mãe Xanda construiu sua identidade nas relações étnicas e nas formas de luta e resistência que se expandiu na região.

O TRABALHO ASSISTENCIAL DOMICILIAR DAS PARTEIRAS E DAS DOULAS

As parteiras são mulheres que têm conhecimento popular e, a maioria, com pouca escolaridade. Geralmente são analfabetas, mas que têm uma prática para realização de partos. Capiberibe (2002, p. 21) relata que as parteiras são mulheres humildes, com idade entre 18 e 89 anos, a maioria não alfabetizada, que desenvolveram o dom de partejar herdado de suas mães e avós, e assim mantêm conhecimentos que são passados de geração a geração. São mulheres de origem afro-brasileira que exercem o ofício dando o aporte necessário para mulheres parturientes que necessitam de sua ajuda, de sua mão amiga para trazer seus filhos ao mundo.

Segundo Helman (2003, p. 12), grande parte do conhecimento das parteiras era adquirido por meio da própria experiência de gravidez e parto. A partir da última metade do século XIX, as parteiras foram gradualmente sendo incorporadas ao sistema médico, mesmo havendo oposição por alguns destes profissionais, cabendo às parteiras, porém, a execução do parto normal. Para o autor, a maioria dos bebês veio ao mundo por meio das mãos das “assistentes tradicionais de parto”, do sexo feminino, especialmente nas zonas rurais dos países em desenvolvimento. Além de ajudar no parto.

Nesse sentido, essas mulheres prestavam cuidados antes e após o nascimento, cumprindo rituais importantes de acordo com a cultura local. São chamadas de parteiras em diversos países como México, Comadronas em Porto Rico, Nanas na Jamaica, Daias na Índia e as Dayas no Egito. No Brasil, registram-se denominações de Curiosa, Comadre, Leiga, Domiciliar, Aparadeira, Capoteira, Habilidosa, Entendida e Assistente dentre outros. Consideradas mestras da cultura popular, por terem o conhecimento herdado de suas mães e avós.

Capiberibe (2002) afirma que “tendemos acreditar que a mais antiga profissão

do mundo é a profissão das parteiras”. Parteiras que realizam os partos nos locais mais distantes, onde existem muitas dificuldades de assistência médica, haja vista que as políticas públicas para a realização de partos antigamente eram precárias e mesmo hoje, muitas mulheres preferem partos naturais, humanizados. Mulheres parteiras que não medem esforços para chegar até cada parturiente, se deslocando em estradas e fazendas, usando tração animal e as vezes até embarcações para chegar aos locais mais distantes em apoio às mulheres grávidas.

De fato, a preferência das mulheres pela realização do parto em sua própria residência deve-se ao fato de estar sendo realizado em seu ambiente familiar, com o apoio da família. Capiberibe (2002, p. 09) enfatiza que discuta-se a luta, no Brasil como em todos os países desenvolvidos, pela prática do Parto Humanizado, que preconiza para todas as mulheres o direito de experimentar um parto saudável e prazeroso para ela e sua família, em um ambiente em que se sinta segura, e em que respeitem seu bem-estar, sua intimidade e suas preferências pessoais e culturais.

Ademais, as parteiras são mulheres que têm, além do conhecimento adquirido ao longo da vida, um conhecimento e um pertencimento religioso com rezas que aliados à sua experiência passa segurança para as parturientes. Utilizam-se também de raízes, folhas como remédio, além de banhos para subsidiar as mães e as crianças após o nascimento.

E a sabedoria popular, o saber que elas acumulam ao longo de suas vidas! Elas sabem remédio; tanto para os “males das partes baixas”, quanto para outros males, como pneumonia, problemas respiratórios, coceiras e as rezas e bênçãos (CAPIBERIBE, 2002, p. 109). São conhecedoras de remédios que dão o aporte para as mães e as crianças antes e depois do parto.

As parteiras conhecem plantas medicinais, tanto as de cultivo doméstico, como as selvagens e trocam entre si medicamentos. Há uma culinária de receitas médicas da floresta, por vezes com elementos animais ou minerais. Proibições e prescrições alimentares, dietas, cantigas e rezas, gestos e massagens são parte do seu saber (CAPIBERIBE, 2002, p. 18). Cumprem um papel social de crucial importância, por isso, o seu ofício tem relevância social. Ligadas ao sagrado, a rituais mágicos, apoiando o funcionamento biológico, cumprem um papel social importante, fazem de cada mãe uma pessoa que recebe atenção especial, levadas em conta a família, a comunidade, as condições psicológicas e físicas (Capiberibe, 2002, p. 16).

De acordo com Capiberibe (2002, p. 89) ¹ as parteiras tradicionais são mulheres

1. Cf. Janete Capiberibe em relação às parteiras que na sua maioria são mulheres humildes, na maioria das vezes anal-fabetas, mas desenvolvem o dom de partejar ajudando dessa forma centenas e até milhares de pessoas que dependem de assistência na hora do parto e, além disso, deixam seu legado para as suas filhas e as suas netas.

humildes, sábias de grande força interior, iluminadas. Não existe noite, chuva ou sol para essas corajosas mulheres rasgarem os rios, desafiarem a floresta no exercício da sua “arte de partejar”.

E as doulas? Quem são elas? A doula refere-se a uma mulher que possui habilidades para ofertar apoio emocional e físico antes, durante e após o parto. Presta assistência às gestantes e as vezes ao casal na preparação para o parto, dando apoio para que a mulher se prepare, passando segurança e confiança no processo para chegar ao momento do parto.

As doulas não realizam procedimentos clínicos, sua função mais importante é passar segurança, dar apoio para que a mulher tenha um parto mais seguro, mais prazeroso e com menos intervenções. Elas auxiliam a mulher durante o parto dando conforto, com a realização de massagens de relaxamento, além de ofertar apoio para a mulher e toda a família após o parto, dando o aporte necessário na amamentação e até os primeiros cuidados ao bebê para que a mãe tenha um resguardo seguro e mais confortável.

O aporte das doulas à parturiente tem sido considerado favorável e significativo para, contudo, as equipes médicas questionam essa atuação, pois acham que elas interferem e atrapalham o desenvolvimento do parto, sobretudo, quando o procedimento é realizado na cesariana. Elas prestam assistência também depois do parto, subsidiando as mulheres e a as crianças em todo o processo do resguardo para que tanto as mães quanto as crianças tenham mais conforto e segurança.

Há de se pensar que o trabalho desenvolvido pelas doulas é muito bom, mas com certas limitações técnicas, pois elas não executam procedimentos médicos, nem fazem os partos, já as parteiras têm esse conhecimento que é passado de mãe para filha, de avó para neta e desenvolvem este ofício com maestria, dando o aporte necessário para ajudar as parturientes a trazerem seus filhos ao mundo.

O parto domiciliar assistido por parteiras tradicionais é feito por essas mulheres que adquirem o conhecimento por via oral, passado de geração em geração, de mãe para filha, de avó para neta. A arte de partejar é uma atividade que acompanha a história da própria humanidade. Por muitos milênios foi considerada uma atividade eminentemente feminina, tradicionalmente realizada pelas parteiras, que também cuidavam do corpo feminino e dos recém-nascidos (BRASIL, 2010, p. 26).

Essas mulheres anônimas, que detêm um conhecimento milenar, que exercem um trabalho tão antigo quanto a humanidade, e que acusadas de bruxaria na Idade Média, perseguidas e queimadas vivas pela Inquisição, conseguem prestar assistência do parto domiciliar, tornando-o humanizado (CAPIBERIBE, 2002, p. 109).

Brenes (2005) relata que “as parteiras eram depositárias de um saber popular, que foi produzindo lendas e crendices sobre o corpo gravídico, associadas à natureza”. Para Capiberibe (2002, p. 71) a prática do parto e o nascimento humanizado é adotado pelas parteiras há milhares de anos, usando a sabedoria e o conhecimento popular, envolvendo cantos, rezas e unguentos² que garantiram a reprodução da vida, da força do trabalho e da cultura. Esse conhecimento tradicional, que ficou sob o domínio dessas mulheres, sábias e generosas, permitiu a valorização da família e do espaço doméstico para o nascimento.

O parto domiciliar é realizado pelas parteiras geralmente em locais onde não há uma boa oferta de assistência à saúde, onde falta o aporte de políticas públicas. É realizado com segurança pelas parteiras tradicionais que não medem esforços para se deslocarem até a casa das parturientes que necessitam de sua ajuda. Capiberibe (2002, p. 71) enfatiza que essas mulheres parteiras vêm resgatando a experiência e a imagem de suas antepassadas, avós, mães e amigas com segurança, confiança e crença, na medida em que são valorizadas e reconhecidas para o exercício seguro de suas atividades na comunidade onde moram.

Prestam a assistência as parturientes com muita sabedoria adquirida ao longo da vida, desenvolvendo o seu ofício com muita agilidade enfrentando as dificuldades, propiciando às mulheres um parto seguro e agradável. Capiberibe (2002, p. 79) pontua que uma parteira quando ajuda uma mulher a dar à luz, sabe buscar estas fontes onde encontra a coragem, a intuição e a inteligência que a levam a desenvolver várias habilidades e a fazer o que tem de ser feito por aquela mulher.

As parteiras tradicionais não possuem conhecimento científico, mas adquirem ao longo dos anos de experiência muito conhecimento e muitas habilidades para realizarem o seu ofício com muita competência. Se por um lado é fato que as parteiras tradicionais possuem limitados conhecimentos técnico-científicos, principalmente por seu trabalho encontrar-se isolado do serviço de saúde local, realizando-se em meio a muitas dificuldades, é igualmente notório que, em sua grande maioria, as parteiras possuem muitas habilidades, que lhes auxiliam na resolução de partos difíceis e recursos, principalmente no campo relacional, fundamentais para um cuidado baseado no respeito e no empoderamento da mulher para vivenciar o seu parto (BRASIL, 2010, p. 40).

Capiberibe (2002, p. 90) salienta que as parteiras tradicionais aprendem essa arte, esse ofício/profissão, informalmente. Seus conhecimentos foram passados de geração em geração, ou seja, de avó para neta, de mãe para filha, em uma relação de vida, em que o afeto esteve presente. É um ofício considerado milenar, realizado por mulheres em

2. Ungentos referem-se às essências utilizadas para perfumar o corpo. Em Êx 30.25 se diz 'o óleo sagrado para a unção'. A Bíblia Sagrada. O Velho e o Novo Testamento, 2011.

localidades mais distantes e em tempos remotos.

Capiberibe (2002, p. 90) pontua que é importante ressaltar o “saber fazer” dessas mulheres, legitimadas no período colonial, que além da “arte de partejar”, “aparar crianças” nos partos que realizavam, “eram benzedeadas” e recitavam palavras mágicas para auxiliar a mãe. As parteiras tiveram um papel crucial no período colonial brasileiro, sobretudo, subsidiando as mulheres negras escravizadas que realizam partos em senzalas e fazendas mais distantes dos centros urbanos.

Para Abreu (2005) as parteiras “contribuem para potencializar a força da mulher para conduzir o seu parto, criando um ambiente que favorece uma evolução positiva do trabalho de parto e uma recepção acolhedora para o recém-nascido”. Ademais, contribuem também com as tarefas domésticas, prestando assistência para a família após o parto, prestando uma assistência marcada pelo amor, pelo carinho e pelo afeto.

O saber das parteiras é reconhecido como um ofício de relevância social, com um conhecimento popular adquirido ao longo dos anos de atuação, sendo a transmissão passada de forma oral. Busca-se, dessa forma, a interação entre o saber empírico e intuitivo das parteiras tradicionais e o conhecimento técnico-científico dos profissionais de saúde, resgatando-se e valorizando-se os elementos desses dois campos de saberes que efetivamente contribuem para um parto seguro e humanizado, além de considerar a riqueza étnica e a biodiversidade como importantes para a produção de novos conhecimentos e tecnologias (BRASIL, 2010, p. 43).

Paulo Freire (1996, p. 23) enfatiza que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção, ou a sua construção. Embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Neste viés valoriza-se o trabalho desenvolvido pelas parteiras tradicionais que são mulheres que têm o conhecimento considerado popular, mas com grande eficácia, dando o aporte necessário para mulheres no momento do parto.

Capiberibe (2002, p. 91, 92) diz que o trabalho de resgate, valorização e qualificação das parteiras tradicionais, com o objetivo não só de valorizar os seus conhecimentos, como também aprimorá-los com o auxílio de outros conhecimentos, como também aprimorá-los com o auxílio de outros conhecimentos técnico-científicos e medidas preventivas para o parto/nascimento natural e sadio.

Destarte, o conhecimento das parteiras tradicionais é reconhecido como um ofício de crucial importância, sobretudo, nas regiões mais distantes do Brasil, onde a cobertura

dos serviços de saúde ainda não é satisfatória. Capiberibe (2002, p. 107) relata que as parteiras são simples, a maioria nunca frequentou escola e não sabe ler e escrever, porém, na sua simplicidade, conseguem estancar uma hemorragia, fazer uma manobra em um bebê que está de “mau jeito” na barriga da mãe.

De acordo com Capiberibe, mesmo não tendo o conhecimento científico, o ofício desempenhado pelas parteiras é de crucial importância, pois elas desenvolvem técnicas e saberes que dão subsídios para as mulheres no momento do parto. As parteiras realizam o parto normal que é considerado pela Organização Mundial da Saúde – OMS mais humanizado. As recomendações baseadas em evidências científicas sobre as práticas relacionadas ao parto normal, objetiva garantir os direitos das mulheres, diminuir as intervenções desnecessárias e questionar procedimentos realizados sem nenhum critério científico, apenas por hábito ou rotina (BRASIL, 2012, p. 31).

O parto domiciliar realizado por parteiras tradicionais está inserido em um cenário muito mais amplo, o do parto/nascimento humanizado. Entende-se por parto humanizado aquele que é visto como um ato fisiológico, em que é respeitado o próprio ritmo biológico do processo de nascimento, sem interferência na intimidade mãe-filho.

Assim procedendo, propicia-se o baixo risco de vida à mãe e ao bebê, desde o início, durante o trabalho de parto e até o nascimento da criança, o que não ocorre no parto cesariano, amplamente adotado pela obstetrícia tradicional (CAPIBERIBE, 2002, p. 91). Portanto, o parto domiciliar assistido por parteiras torna-se relevante em muitas comunidades por ser considerado mais saudável tanto para as mulheres como para os bebês.

A RELIGIOSIDADE NA TRAJETÓRIA DAS PARTEIRAS

As parteiras tradicionais além do conhecimento que acumulam ao longo da vida exercendo o seu ofício de partejar, carregam a tradição da religiosidade presente em suas trajetórias. Santos (2016, p. 110) relata que os ensinamentos de influência indígena e africana na tradição das parteiras, e em suas narrativas, encontram-se rituais como: bênçãos, simpatias, orações e mistérios. Essa característica se desenvolve de diferentes maneiras do ponto de vista da mulher que vira parteira benzedeira.

O ritual da benção é rico em simbologia. Todos os elementos são partes constitutivas de um espetáculo: o local aonde se benze, os objetos, as orações e a expressão corporal. Benze-se não apenas com o poder da oração e os objetos sagrados, mas também com os gestos, com o semblante e com o olhar. Esses elementos unificados garantem a crença na eficácia do ritual de benção, cujo objetivo é restaurar o equilíbrio perdido e unificar o

que antes estava fragmentado, uma vez que a salvação está na conciliação dos opostos, no retorno à unidade fundamental, no reencontro do absoluto. (GOMES; PEREIRA, 1989, p. 51 *apud* MOURA, 2011, p. 351).

As orações feitas pelas parteiras durante a realização dos partos fazem parte do ritual que elas participam, sempre invocando os mesmos santos, mas com uma frequência maior a Nossa Senhora do Bom Parto. Além das orações elas recorrem também aos usos de chás, ervas e até mesmo massagens para dar o aporte necessário às mulheres na hora do parto. Essas mulheres, quando praticam os partos, clamam por suas devoções aos santos católicos e clamam o padroeiro da sua comunidade.

Santos (2016) pontua que “a fé é algo simbólico e inquestionável na vida e nos partejos dessas mulheres; a confiança que elas transmitiam às parturientes, família, sociedade e em si mesmas era representado pela fé divina enquanto realizava os partos”. A autora cita ainda que as parteiras no momento da realização dos partos invocam em Nossa Senhora do Bom Parto para ajudar, demonstrando dessa maneira a fé que carregam junto com a sabedoria adquirida ao longo da vida para realizar os partos com maestria, cuidado e sobretudo, com muito amor, protegendo tanto a criança como a parturiente.

Geertz (2008) afirma que a importância da religião está na capacidade de servir, tanto a indivíduos como a comunidades. Ferreira e Grossi (2012, p. 76) pontuam que as práticas milenares, em que nascer para o mundo necessita de um auxílio divino. Mesmo recorrendo a orações, benzeções, simpatias, rituais típicos da cultura popular. Suas narrativas exprimem a necessidade da intervenção divina em seus ofícios.

Santos (2016, p. 111) fala do costume de proferir orações na hora do parto, o que pode ser entendido como um dos traços mais frequentes encontrados nos rituais realizados em domicílio nas mais diferentes comunidades rurais. Os santos a quem mais costumeiramente se recorriam eram: São Raimundo Nonato, São Bartolomeu e Santa Margarida, além de Nossa Senhora do Bom Parto e a própria Virgem Maria. Em quase todos os casos, rezava-se no início do trabalho de parto e na hora da expulsão da placenta, ou seja, do início ao fim.

Percebe-se que as parteiras além da técnica e do conhecimento adquirido, recorrem-se à fé para auxiliá-las na hora do parto, fazendo orações, rezas, invocando os santos para abençoá-las durante a realização dos partos, demonstrando dessa maneira o sentimento de pertença com a religião Católica Apostólica Romana. Nesse viés, as parteiras demonstram sua fé que é algo simbólico, passam confiança tanto para as parturientes, como para toda a família. Mulheres que buscavam em Mãe Xanda um apoio, pois a pobreza impedia de viagens em busca de apoio ao parto. Ser mulher pobre seria uma fronteira a destacar. Poutignat; Streiff-Fenart, (1998) lembram que:

A identidade étnica é definida como um quadro cognitivo comum que constitui um guia para a orientação das relações sociais e a interpretação das situações. Os símbolos e as marcas étnicas são referentes cognitivos manipulados em finalidades pragmáticas de compreensão de sentido comum e mobilizados pelos atores para validar seu comportamento. A aplicação de uma marca étnica a um indivíduo permite simultaneamente dar conta do comportamento deste indivíduo em termos compreensíveis para todos os que dividem o mesmo conjunto de categorias de pertença étnica (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 115).

Ademais, a crença das parteiras sendo pessoas valorizadas, consiste em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação pluriétnica dada quando ao descrever o campo de atuação dessas identidades nas diversas situações de parto. O melhor exemplo do cenário das diversidades: os povos africanos escravizados de diversas origens étnicas ou culturas, deram notáveis contribuições na formação e construção da cultura da parteira na comunidade, aportando a identidade de ser mulher negra, parteira e de cultura popular passada de mãe para filha, de avó para neta, herdado do legado tanto da cultura indígena como da cultura afro-brasileira.

Mindlin (2007) relata que as parteiras são “respeitadas, pela população, usando toques, rezas, cantos, seguindo antigos costumes pouco estudados, com um conhecimento do corpo feito de experiência prática”. A autora cita ainda que estas mulheres têm um papel social importante representam um socorro precioso para as parturientes ao originar-se a vida, uma relação com o sagrado que é o nascimento entre apoio, rezas, cantos e confiança na figura de Mãe Xanda.

Franco (2015, p. 4) afirma que a ação das parteiras significa que os saberes acumulados destas mulheres não se contrapõem ao saber da ciência médica, antes disso, complementam-se, pois são herdeiras de um *continuum* civilizatório onde vida e morte, sagrado e profano não se separam. Gomes & Pereira, (1989) pontuam:

Através das rezas/beneduras, ressignificadas e reconstituídas, emergem uma pluralidade de sentidos e significados que se transformam na contemporaneidade, e nela, se apresentam elementos identitários que referendam o papel das mulheres como agentes clericais da cura, através da medicina e da religiosidade populares, em espaços onde a sua presença “(...) é marcante no mundo da crendice e é ela, numa maioria quase que absoluta, que conhece o segredo das palavras e dos gestos capazes de exorcizarem o mal”.(GOMES & PEREIRA, 1989, p.16).

Mãe Xanda benzia, rezava, pois, era uma mulher religiosa, devota de São Roque que participava das missas desde a época do distrito de Três Morros, posteriormente na paróquia da cidade de Lafaiete Coutinho. Segundo relato de sua neta (colaboradora g da pesquisa) ela era muita religiosa, e quando ia fazer os partos das mulheres costumava usar

um lenço branco na cabeça e levava algumas orações impressas com ela, demonstrando dessa maneira a sua religiosidade.

Segundo o relato de sua neta (colaboradora g da pesquisa) Mãe Xanda participava todos os anos das comemorações dos festejos do Padroeiro São Roque, que incluía a participação na novena que culminava com o enceramento da festa no dia 16 de agosto.

A TRAJETÓRIA DE MÃE XANDA NO OFÍCIO DE PARTEJAR EM TRÊS MORROS/LAFAIETE COUTINHO

Mãe Xanda chegou em Três Morros em 1930, quando ainda chamava-se Baixa Alegre. Residia em Maracás com seu esposo Avelino Pereira da Silva. Nogueira (2004) relata que “em 1935 o distrito foi criado pelo então governador da Bahia Juracy Montenegro Magalhães, quando exerceu o cargo como interventor nomeado pelo presidente Getúlio Vargas”. O distrito de Três Morros tinha uma população muito pequena, em torno de 1.000 habitantes, com um povo hospitaleiro e ordeiro.

A demanda por partos era grande, faltava políticas públicas de atenção à saúde e também estradas vicinais com bom acesso, por isso o ofício desempenhado por Mãe Xanda tornou-se relevante por atender a demanda de mulheres parturientes. A distância para Maracás (sede do município) era grande, com 90 km. Faltava também veículos automotores para fazer o deslocamento das mulheres que necessitavam ter seus filhos.

Três Morros tinha uma boa representação política junto ao município de Maracás. Nogueira (2004) pontua que “o distrito de Três Morros chegou a ter dois vereadores eleitos para compor a Câmara Municipal: Eurides Barbosa da Silva e Rosalvo Conceição, com boas votações dos cidadãos tresmorrenses”. Mesmo tendo uma boa representação o acesso a políticas públicas era pequeno, faltava um bom aporte de saúde para ofertar a população.

Lafaiete Coutinho foi emancipado, ganhando autonomia política e administrativa. Nogueira (2004, p. 36) enfatiza que em 20 de fevereiro de 1962 foi sancionada pelo governador Juracy Montenegro Magalhães a lei que criou o município de Lafaiete Coutinho, que antes era o distrito de Três Morros e pertencia ao município de Maracás. A escolha do nome foi sugerida pelo deputado estadual Menandro Menahim com o aval do governador em homenagem ao ex-deputado estadual e ex- secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, o Dr. Lafaiete Coutinho³.

Instalado em abril de 1963, com a posse do primeiro prefeito Eurides Barbosa da

3. Lafaiete Coutinho era médico e foi professor catedrático (professor titular) da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Foi também político exercendo cargos eletivos e de livre nomeação no Estado da Bahia (Nogueira, 2004).

Silva e de 07 vereadores, o município de Lafaiete Coutinho ainda carecia de recursos e políticas públicas para dar o aporte necessário para a sua população. Com uma sede pequena, mas com uma zona rural muito extensa. Segundo Nogueira (2004):

O município de Lafaiete Coutinho passou a fazer parte da região Sudoeste do Estado da Bahia e também passou a ser um dos maiores em extensão territorial na microrregião de Jequié, com uma zona rural bastante grande, mas bastante aconchegante e seu povo ordeiro e hospitaleiro. Passou a fazer limites com os municípios de Maracás, Jequié, Itiruçu. Passaram a fazer parte do município além da sede, as regiões: Marimbondo, Morro, Lanchinha, Lagoa do Chiquinho, Baixão, Terra Nova, Jequezinho, Furados, São Joaquim, Mimoso, dentre outras (NOGUEIRA, 2004, p. 36, 37).

De acordo com Nogueira o município de Lafaiete Coutinho mesmo tendo uma sede pequena, tinha uma zona rural muito grande, faltando recursos e políticas públicas de atenção à saúde. Desta maneira, destaca-se o ofício desempenhado por Mãe Xanda que deu o aporte necessário para as parturientes de todo o município (sede e zona rural), subsidiando as mulheres a trazerem seus filhos ao mundo.

Percebe-se que Lafaiete Coutinho, mesmo depois da sua emancipação política e administrativa ainda carecia de recursos para melhorar a sua infraestrutura na sede do município, faltando ainda mais recursos para a zona rural. Para fazer parto fora do município, deveria realizar o deslocamento para as cidades vizinhas, mas isso acontecia de forma precária, pois faltava também além de boas estradas, veículos para dar o aporte necessário à população.

Mãe Xanda, para desempenhar o seu ofício na sede do município, caminhava até às casas das parturientes e na zona rural o deslocamento era feito em tração animal⁴, segundo relatos da colaboradora g da pesquisa, o parto domiciliar vivencia a experiência de uma concepção prazerosa, saudável de múltiplos significados, tanto para as parteiras quanto para as parturientes.

Cuidando da saúde da mulher e da criança na assistência ao parto, essa mulher parteira constituía uma figura social de expressiva representatividade na nossa história do município, era dotada de personalidade forte, marca de sua existência em prol da própria existência das crianças que nasciam, e que hoje se faz presente em suas memórias. Mulher articuladora de tradição, cultura, saber e liderança que a partir de sua trajetória marcou a memória do grupo local por seu legado ancestral.

Nos anos seguintes após a sua emancipação Lafaiete Coutinho melhorou sua

4. Tração animal refere-se ao transporte em lombos de burros e cavalos. Este meio de transporte foi bastante utilizado pelos moradores do então distrito de Três Morros e posteriormente nos anos iniciais após a emancipação política e administrativa do município de Lafaiete Coutinho, isso ocorreu pelo fato de não existir estradas em boas condições de tráfego. Mãe Xanda usou muito esse referido transporte nos seus deslocamentos para partejar.

condição de infraestrutura e na saúde recebia mais recursos, mas ainda carecia de um melhor aporte para a atenção à saúde. Recebeu mais recursos com a oferta de novos veículos, com a oferta de uma ambulância nova para subsidiar as pessoas com o deslocamento para a cidade de Jequié

Em 1980, o veículo que era utilizado como ambulância dava o aporte para o deslocamento das pessoas em sua maioria da sede do município, sobretudo, para a cidade de Jequié. O veículo era conduzido pelo funcionário da Prefeitura Municipal, o Sr. Deusdete Andrade (seu Dete da ambulância) que fazia as viagens diárias. Mas ainda carecia de mais recursos, pelo fato de o município ser muito grande, desta maneira, não atendendo toda a demanda.

As condições de trafegabilidade das estradas vicinais eram melhores, mas com o acesso ainda precário com patrolamento com máquinas e o uso de cascalho para tapar os buracos causados pelas chuvas. O ofício desempenhado por Mãe Xanda ainda continuou sendo muito relevante, cobrindo as carências ainda existentes na comunidade. Esta afirmação fica nítida na narrativa do colaborador f da pesquisa que declarou que quando ele nasceu na década de 80 era um período muito difícil pra Lafaiete.

Lafaiete Coutinho continuava sobrevivendo apenas do FPM, portanto, faltavam recursos para melhorar as condições de vida de seus munícipes e uma melhor oferta de atenção à saúde. Desta maneira, o ofício de parteira desempenhado por Mãe Xanda continuou sendo de crucial importância, dando aporte para muitas mulheres no momento do parto. Percebe-se que mesmo com a oferta da primeira ambulância pelo Governo do Estado, após a instalação do município de Lafaiete Coutinho, a demanda por partos ainda era grande, pelo fato do município recém-instalado ainda carecer de mais recursos e bons acessos para as estradas vicinais.

Neste período, o ofício de parteira desempenhado por Mãe Xanda continuou sendo de crucial importância, pois a demanda por partos era grande e a oferta de apenas um veículo não supria a necessidade da comunidade. Após a instalação do município de Lafaiete Coutinho em 1963, Mãe Xanda continuou partejando até o ano de 1989, quando mudou o seu domicílio para a cidade de Itiruçu, com 79 anos de idade, indo morar com sua filha Terezinha Constantina da Silva (Tereza).

Nogueira (2004) relata que “só na década de 80 Lafaiete Coutinho passou a ter estradas vicinais com melhores condições de trafegabilidade e em 1990 recebeu a pavimentação asfáltica da BA-555 no governo de Nilo Augusto de Moraes Coelho”. Mãe Xanda com o seu ofício de parteira supriu a falta de políticas públicas em um período de dificuldades enfrentadas pelo município recém-criado e mesmo nos anos posteriores,

dando o aporte necessário para as parturientes que necessitavam de sua mão amiga.

Nas falas dos colaboradores percebeu-se que Mãe Xanda deixou seu legado para o povo de Lafaiete Coutinho, pelo fato de ter exercido seu ofício de parteira dando o aporte para as mulheres da comunidade, mesmo depois da emancipação e instalação do município, época que faltavam políticas públicas de atenção à saúde. Ademais, criou sua identidade de parteira, de mulher negra e tornou-se uma matriarca muito querida por todos da comunidade.

Mãe Xanda permaneceu em Lafaiete até o ano de 1989, quando já idosa, com 79 anos, mudou seu domicílio para a cidade de Itiruçu, indo morar com sua filha Tereza. Ainda em Itiruçu fez dois partos de uma sobrinha, cumprindo o seu ofício com dedicação, amor, carinho e afeto às mulheres pobres e afrodescendentes.

Torna-se importante lembrar o que Fredrik Barth (1997, p. 195) vem destacando como grupo étnico, devido ao entrecruzamento de diferentes formas de organizações étnicas no cenário desta pesquisa. Ao definir um grupo étnico como atributivo exclusivo nessas ações, a natureza da continuidade dos traços étnicos nesses partos é clara, pois depende da derrubada de cada fronteira. Os traços culturais que demarcam essas fronteiras, mostram as características étnicas de mulheres pobres que moram tanto em zona rural como urbana.

Nessa perspectiva, o contexto de estudo e coleta de histórias de vida dessa mulher, deu-se privilegiadamente entre aquelas que pertencem a comunidades rurais e urbanas onde tinha a presença de Mãe Xanda – a enfermeira popular, a parteira das mulheres sofridas da comunidade de Lafaiete Coutinho. E segundo relatos, Mãe Xanda recebeu até apoio de muitos políticos da comunidade para fazer partos, contudo não teria mais condições para atuar devido ao cansaço da idade.

Decerto, os seus saberes se defrontavam com os perigos das complicações durante o parto e os ataques daqueles que condenavam suas práticas em prol dos saberes acadêmicos, sendo uma fronteira de linha marcante. Thompson (1992) infere que é preciso preservar a memória física e espacial como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um indivíduo pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (p. 17).

Dessa forma, suas práticas são rememoradas pelo saber constitutivo de patrimônio imaterial nesta cidade. As mulheres, por meio da memória social, na reconstituição da memória, ressurgem histórias de seus partos, das relações de gêneros, de suas lutas, resistências, conquistas e formas de reprodução.

CAPÍTULO 3. MARCO ANÁLITICO

Neves, Castellanos e Barros (2010, p. 1.350), lembram que: “as reflexões feitas sobre a narrativa dirigida a uma produção de conhecimento, não se restringem ao seu uso instrumental de material empírico em coleta de dados”. Notoriamente, as reflexões incidem sobre as próprias bases e lógicas externas e internas que estruturam a produção de um tipo de conhecimento que vem sendo produzido na reelaboração de histórias a partir de cada relato e de observações que são efetuadas por pessoas que ouvem, veem e contam histórias, interpretações que pouco a pouco vão sendo validadas cientificamente.

A investigação foi feita através de pesquisa social, qualitativa, empírica, utilizando a metodologia da História Oral e de abordagem narrativa que põe em evidência o trabalho realizado por Mãe Xanda durante os 49 anos de atuação no ofício de parteira. Participaram da pesquisa 08 colaboradores sendo: 05 mães com idade entre 61 e 100 anos, dois filhos de mães dos quais Mãe Xanda fez o parto com idade entre 39 e 52 anos e uma neta de Mãe Xanda com 51 anos de idade, sendo que todos conheceram e conviveram com ela durante a sua trajetória no distrito de Três Morros e posteriormente em Lafaiete Coutinho.

As entrevistas foram feitas de forma presencial e individual, respeitando todos os procedimentos e protocolos orientados pelos profissionais de saúde devido ao período pandêmico, em virtude do Covid-19. Foi utilizado um gravador de áudio e posterior transcrição das falas de forma fidedigna. Os dados coletados foram transcritos abaixo:

A colaboradora A de 100 anos relata:

Conheci Alexandrina a parteira, Avelino era marido dela, vendeu tudo em Maracás, depois eles veio para Três Morros. Ela era tia do meu marido, Aureliano. Ela fez o parto de minha filha mais velha, Dinalva. Eu morava em Três Morros na época, não era Lafaiete Coutinho ainda não. Ela fez meu parto na minha casa em Três Morros, que pertencia a Maracás na época. Ele fez o parto, cuidou de mim, cuidou do meu resguardo e da menina, Dinalva, ela cuidou, cortou o umbigo, cuidou direitinho. Ela atendia bem, todo mundo gostava de Alexandrina, ela era a mãe do povo, muito querida pelo povo.

Fonte: Transcrição de áudio (2021)

Fica aqui evidenciada a importância de Mãe Xanda na comunidade de Lafaiete Coutinho, sendo que seu trabalho é reconhecido como um ofício de crucial relevância. Na narrativa da colaboradora fica nítido o reconhecimento de sua atuação, mesmo não tendo o conhecimento acadêmico realizava os partos com maestria e o cuidado devido com as parturientes e com as crianças.

Não media esforços para se deslocar até a casa das mulheres que necessitam fazer os partos, além de permanecer na casa cuidando das crianças e da parturiente até nos afazeres domésticos. Mãe Xanda além exercer seu ofício tinha um pertencimento com as

pessoas da comunidade de Lafaiete Coutinho, cuidando, zelando tanto das mães como das crianças. Este pertencimento está presente na fala da colaboradora B de 61 anos que ressalta:

Conheci Mãe Xanda, ela fazia partos em Lafaiete Coutinho, ela tratava todo mundo bem. Ela fez o parto de dois filhos meus, fez os partos na minha casa. O parto de um dos meus filhos foi em um dia de domingo, final do ano em dezembro, dia 27. Atendia bem todas as pessoas, depois que ela fazia o parto ela ia na casa das pessoas, das mães, ia visitar as crianças. Na Semana Santa as crianças iam na casa dela para pedir a benção, no dia de Sexta-Feira da Paixão. A lembrança de Mãe Xanda é muito grande meu filho, ela era uma mulher que gostava de todo mundo, ela só fazia o bem, não fazia o mal a ninguém. Quando Mãe Xanda mudou para Itiruçu ela fez muita falta, ela era uma pessoa querida.

Fonte: Transcrição de áudio (2021)

Percebe-se nesta narrativa que Mãe Xanda era muito querida pelo povo lafaietense, sobretudo, pelas mães e pelas crianças que tinham o sentimento de gratidão, mantendo a tradição de pedir-lhe a benção no dia de sexta-feira da paixão, simbolizando o respeito que era muito grande por ela por parte das crianças da comunidade. A tradição de pedir a benção na Semana Santa, sobretudo, no dia de sexta-feira da paixão era muito presente com as pessoas da comunidade tanto de Três Morros, como de Lafaiete Coutinho e também era muito comum as pessoas que Mãe Xanda fazia o parto a chamarem de comadre. Este tratamento fica evidenciado na fala da colaboradora C de 76 anos que pontua:

Mãe Xanda, a parteira, comadre Alexandrina, pois é quando ela pegava os filhos da gente assim, a parteira, a gente chamava de comadre, ela fez dois partos meu. Depois que ela fazia o parto ela ia na casa da pessoa, cuidava.

Mãe Xanda cuidou da filha de Santinha, uma mulher aqui de Lafaiete, que teve uma menina. Ela passou mal, naquele resguardo era com o maior cuidado nera? tomou um café de leite e fez mal a ela, comadre Alexandrina foi lá fazer um remédio pra ela, aí ela curou. Ela caminhava e ia até a casa das pessoa fazer os parto, eu como morava na cidade mesmo ela ia de pé, ela morava lá em cima na rua da chegada, eu morava mesmo na praça, aqui em baixo, morava lá, aí ela fez os meus parto na minha casa mesmo, eu morava com minha mãe. Ela fez o parto de duas filhas minha, de Ilka e Isis, só duas, fez em casa mesmo, ela atendia bem, era uma parteira ótima, tinha um conhecimento bom, tratava com carinho, pra mim não tinha igual. Quando era foi embora pra Itiruçu ela já estava ficando de idade, fez falta, ela foi morar em Itiruçu com Tereza, a filha dela. O povo lembra dela, eu mesmo lembro dela demais, fez falta quando foi embora. Mãe Xanda aqui em Lafaiete é uma pessoa querida, ela me chamava comadre porque pegou minhas duas filha, muita querida.

Fonte: Transcrição de áudio (2021)

Fica evidenciado na fala da colaboradora C o respeito que as pessoas tinham por Mãe Xanda, sobretudo, as parturientes que a chamavam de comadre. Além do tratamento

com respeito, percebe-se o carinho, o afeto, o sentimento de gratidão e principalmente a saudade deixada por Mãe Xanda quando ela mudou o seu domicílio para a cidade de Itiruçu. O município de Lafaiete Coutinho era desprovido de políticas públicas, faltando-lhe recursos para prover uma saúde de qualidade, não tinha sequer uma maternidade com profissionais para receber as parturientes no momento do parto.

Mãe Xanda não tinha conhecimento acadêmico, não tinha sequer uma boa escolaridade, mas possuía o dom de partejar, um conhecimento muito grande, que é considerado milenar, passava segurança para as parturientes. A colaboradora D de 84 anos declara:

Mãe Xanda fez o parto de minha filha mais velha, fez na casa de minha mãe, ela atendia bem, graças a Deus tinha um cuidado com as pessoa, com as criança, tudo era tão bom, ela era igual a uma enfermeira, uma doutora meu fi, tinha todo o cuidado, fazia limpeza, só se você visse, aqui em Lafaiete era ela que fazia os parto, não judiava, todo mundo gostava dela, nós todos, graças a Deus. Quando as pessoas precisavam dela, ia buscar em casa, mas as vezes ela ia de pé, ia andando até quando chegava lá na casa da mulher que precisava fazer o parto. Depois que ela fez o parto ela ficava lá em casa, cuidando da gente, cuidava da criança, ajudava minha mãe a fazer as coisas, ela ficava ajudando, só depois que ela ia pra casa. Quando ela foi embora ela fez grande falta pra gente.

Fonte: Transcrição de áudio (2021)

Na narrativa da colaboradora D, fica nítido o conhecimento de Mãe Xanda com o seu ofício de partejar, que contribuiu de forma crucial para subsidiar as pessoas da comunidade de Lafaiete Coutinho durante seus 49 anos de atuação. Além do conhecimento de partejar que ela tinha, pois fazia os partos com maestria, mantinha uma relação com a parturiente, com a criança e com toda a família, fazendo visitas com frequência, demonstrando dessa maneira o carinho e o afeto que tinha com as pessoas que ela prestava a assistência.

Nas narrativas acima fica evidenciado o pertencimento, o respeito e o carinho que as pessoas da comunidade tinham com Mãe Xanda. Ela fazia os partos das mulheres e em alguns casos vários partos de crianças, mantendo dessa forma um vínculo com afeto e carinho. A colaboradora E de 72 anos relata que:

Conheci muito Mãe Xanda, ela morava em Lafaiete, ele fez os parto de meus cinco filhos, ela tinha uma mão boa, de repente eu ganhava neném. Ela fez os parto na minha casa mesmo, ela cuidada das pessoas, das mãe, dos menino, das criança. Que ela seja boa pra Deus, ela ia na minha casa, o povo aqui em Lafaiete gostava muito dela. Quando Tereza e Joaquim foram embora para Itiruçu, Mãe Xanda foi junto com eles, ela fez muita falta aqui para o povo de Lafaiete. O povo tinha amizade com ela, gostava muito dela. Ela tratava todo mundo bem, ela era minha cumade. Ela ia até a casa das pessoas para fazer os partos, ela era forte, andava aquela rua toda, por ali tudo, ia até a casa das

cumade, dos cumpade. Ela era muito querida pelo povo aqui de Lafaiete, o povo gostava dela, ela ajudou muita gente fazendo partos aqui em Lafaiete.

Fonte: Transcrição de áudio (2021)

A colaboradora E enfatiza na sua narrativa que Mãe Xanda era uma matriarca muito querida e respeitada por todas as pessoas da comunidade, era reconhecida pelo seu ofício que exercia com competência e também pelo afeto e pelo carinho que nutria com as pessoas, inclusive com os pais das crianças que também a consideravam como comadre. Além das mães que Mãe Xanda subsidiava fazendo os partos e os pais das crianças que reconhecem o legado deixado por ela na comunidade, este reconhecimento está presente também na memória dos filhos (das crianças que ela fez os partos). O colaborador F de 39 anos relata:

Eu nasci na década de 80 e naquele período era um período muito difícil pra Lafaiete, nós não tínhamos transporte constantemente, então quando as mulheres entravam em parto elas pariam em casa, e foi assim que aconteceu comigo, com o meu irmão mais velho e com o meu irmão do meio, então eu, Jorge e Renato, nós três nascemos em casa. E no meu caso específico é foi muito rápido, minha mãe entra em trabalho de parto as 10:00 horas da manhã, como ela relatou pra mim, ela entrou em trabalho de parto e quando foram chamar a Mãe Xanda ela já tinha parido, então foi um processo muito rápido, Mãe Xanda chegou, cortou o umbigo e fez todas as orientações necessárias que eram feitas na época, então foi esse o processo. Então assim eu tive um contato muito pouco com Mãe Xanda, não tive contato grande, porque ela veio a mudar-se para Itiruçu e então eu era pequeno na época e eu tenho uma lembrança muito forte que era ao passar em frente à casa de Mãe Xanda nós tínhamos que ir até ela pedir a benção e toda sexta-feira da paixão todos nós íamos na casa dela também pedir a sua benção, então a gente tinha essa relação de mãe de alguém que a gente respeitava muito e que a gente tinha muito carinho, essa era a nossa relação e o legado de Mãe Xanda pra Lafaiete, eu vejo ela foi importante dentro daquele período onde ela conseguiu fazer o parto de muitas mulheres então era uma segurança pra mulheres, é saber que tinha alguém que estava ali, que tinha um conhecimento e que as ajudaria no parto, então assim esse é o legado de Mãe Xanda, é de acordo com minha visão era uma mulher e sem muito conhecimento teórico, mas muita prática naquilo que fazia e ajudava outras mulheres a dar à luz a seus filhos e ela tinha essa relação mesmo de comadre das mulheres ela se tornava comadre e pra gente que era filho, a gente que era filho adotivo porque ela ajudava a gente a vir ao mundo, a gente tinha essa relação de mãe mais velha, de avó de alguém que a gente tinha muito carinho.

Fica nítido na narrativa do colaborador F que Lafaiete Coutinho carecia de políticas públicas para atenção à saúde, além da precariedade de transporte para o deslocamento no território do município e também para outras cidades vizinhas. O ofício de partejar exercido por Mãe Xanda, tornou-se relevante, dando o aporte para mulheres parturientes que necessitavam trazerem seus filhos ao mundo, sendo que a maioria desses partos era

feito na própria residência dessas mulheres.

O colaborador F relata ainda que:

É também importante pensar que Mãe Xanda, ela não era só parteira, era também uma conselheira, então muitas mulheres daquela época iam até a casa de Mãe Xanda para se aconselhar com ela, eu falo isso a partir da experiência da minha mãe, quantas vezes a gente foi na casa de Mãe Xanda é pra minha mãe conversar com ela, então a gente ficava na rua brincando enquanto minha mãe estava lá conversando com ela, então tinha aquela coisa também do domingo à tarde das comadres irem a casa para distrair, para bater papo, minha mãe também algumas vezes eu tenho essa memória mesmo que curta de minha mãe estar lá né no domingo à tarde conversando com ela, eu lembro sempre que mainha falava nós vamos ali agora, vamos na casa de Mãe Xanda, então essa também é uma memória muito forte né dessa presença dessa mulher.

Fonte: Transcrição de áudio (2021)

Na narrativa do colaborador F constata-se a importância do ofício de Mãe Xanda para a comunidade de Lafaiete Coutinho que era carente de transporte tanto público como particular em um período que só tinha uma ambulância que fazia o atendimento das demandas de saúde dos moradores tanto da sede do município, como de toda a zona rural.

Fica evidenciado também que para o povo de Lafaiete Coutinho Mãe Xanda não era reconhecida só como uma parteira, mas também como uma mulher que tinha um conhecimento ancestral muito grande, pois fazia os partos com mestria e também pelo respeito e o carinho que as pessoas da comunidade, sobretudo as mulheres tinham com ela, quando a procuravam para se aconselhar, além da consideração por parte das crianças em manter a tradição de pedir-lhe a benção na Semana Santa, no dia de sexta-feira da paixão, demonstrando dessa forma o respeito e o carinho que todos tinham com ela.

Atendia a todas as pessoas que a procuravam, independente de dia, horário e o local que ela era solicitada para fazer os partos. A Colaboradora G (sua neta) de 51 anos enfatiza:

Eu dormi com ela um tempão e eu não gostava quando o povo ia buscar ela de cavalo pra ir fazer parto né, era 02:00 horas da manhã, chegava, já era o cumpade, com o cavalo, um pra ela e um pro cumpade. Eu ficava nervosa porque eu tinha quer sair da minha cama, eu me lembro como hoje. E eu acabo me emocionando, porque eu tenho orgulho de ser neta dela né, aí ela me enrolava todinha no lençol dizendo que era por causa do vento e me levava pra casa pra dormir na casa de mainha né e eu não gostava de dormir lá em casa, só gostava de dormir mais ela. Então essa parte de quando os cumpades ia buscar ela, eu só ficava com raiva porque a gente tava bem num soninho bom né e eles ia buscar ela, eu achava engraçado que ela nunca usava calça, aí quando ela ia montar, as vezes ia até de jegue viu, vestia um vestido e uma calça, era muito bonito como ela se vestia pra sair,

eu lembro que ela vestia essa calça, um vestido por cima, botava um lenço branco na cabeça e como ela era católica né, ela tinha umas orações que ela levava dentro dela, colocava dentro do sutião e eu ficava ali tudo observando aquelas coisa ali. Engraçado que nenhum de nós teve o dom dela, mas Deus é fiel nas nossas vidas, cada um tem o seu dom né.

Fonte: Transcrição de áudio (2021)

Percebe-se na fala de sua neta que Mãe Xanda não media esforços para atender bem a todos que a procuravam, independente do dia, do horário e do local que a parturiente estava precisando de seu aporte para trazer seu filho ao mundo. Se deslocava com tração animal (lombos de cavalos e até de jegues), em qualquer horário do dia, da noite e até de madrugada, com animais que eram disponibilizados pelos maridos das parturientes que lhe chamavam de comadre, demonstrando dessa forma o respeito e o carinho que todos tinham por ela. Além de exercer o seu ofício de parteira, Mãe Xanda professava sua fé através de suas orações, suas rezas, pois ela era católica praticante, frequentava a Igreja do Padroeiro São Roque. Percebe-se também na narrativa de sua neta, o carinho e o cuidado que Mãe Xanda tinha por ela, pois cuidava dela com muito amor e carinho.

Apesar de todo esse legado deixado por Mãe Xanda na comunidade de Lafaiete Coutinho, para a história oficial ela ainda está na invisibilidade. O colaborador H de 52 anos pontua:

Eu tive muito contato com ela, vivia na casa dela, é tanto que a gente chamava Mãe Xanda justamente por isso porque a mãe que pegou a gente no parto né. Ela pegou muitas pessoas aqui em Lafaiete Coutinho, da minha época mesmo esse pessoal de 50 anos acima, tudo foi com ela, ela foi à parteira. A gente tinha amizade com os meninos da idade, a gente ia brincar e sempre brincava com Betania de Joaquim, a neta dela e a gente tava sempre presente na casa dela brincando ali sempre naquela correria de rua, rua sem calçar e aquela brincadeira de criança que não tinha a tecnologia que tem hoje né, a gente tinha que brincar né e sempre eu tava lá com ela, na casa de Mãe Xanda, sempre, sempre, quase todos os dias eu tava lá. Pois é, ela realmente deixou um legado muito grande, era uma pessoa do coração muito enorme, considerada uma Irmã Dulce de Lafaiete, ela era ótima, uma pessoa maravilhosa, só que nunca teve assim um reconhecimento né, de ter botado pelos menos um nome num posto de saúde pra ser lembrada né, por tantas vidas que ela trouxe ao mundo e do jeito dela né, mas é assim mesmo, pois é.

Fonte: Transcrição de áudio (2021)

Fica evidenciado na narrativa do colaborador H que Mãe Xanda deixou um grande legado para a comunidade de Lafaiete Coutinho, e que este legado está presente nas memórias das pessoas, sobretudo das crianças que ela fez o parto, sendo considerada por todos como uma “mãe de pegação”, mas que para a história oficial ela ainda não é reconhecida, não é lembrada como uma matriarca que ajudou tantas pessoas durante os

49 anos de sua atuação como parteira. O colaborador H chama a atenção para esta falta de reconhecimento, pelo fato de não ter sido homenageada com um logradouro público em Lafaiete Coutinho.

Para os colaboradores Mãe Xanda criou sua identidade de parteira, de mulher negra, de viúva. Partejou desempenhando o seu ofício com maestria, demonstrando o conhecimento acumulado durante 49 anos de atuação, conhecimento considerado milenar e afro-brasileiro que nos idos dos anos 40, ainda em Três Morros, começou a partejar dando o aporte necessário para mulheres de perfil socioeconômico baixo, carentes de oferta de atenção à saúde. Destarte, Simmel (2006) pontua:

O indivíduo é pressionado, de todos os lados, por sentimentos, impulsos ou pensamentos contraditórios, e de modo algum ele saberia decidir com segurança interna entre suas diversas possibilidades de comportamento – que dirá com certeza objetiva. Os grupos sociais, em contrapartida, mesmo que mudassem com frequência suas orientações de ação, estariam convencidos, a cada instante e sem hesitações, de uma determinada orientação, progredindo assim continuamente; sobretudo saberiam sempre quem deveriam tomar como inimigo e quem deveriam considerar amigo. (SIMMEL, 2006, p. 40).

Ademais, Mãe Xanda fazia os partos e depois subsidiava as parturientes e as crianças recém-nascidas, cuidando, com muita atenção, afeto, carinho e, sobretudo, com muito amor, criando essa identidade de parteira, ficando presente na memória coletiva das pessoas da comunidade como uma das matriarcas mais queridas da história da localidade, vencendo os ditames de gênero, étnicos e patriarcais.

Percebe-se que o ofício desempenhado por Mãe Xanda tornou-se de relevância social tanto para os moradores do distrito de Três Morros e posteriormente Lafaiete Coutinho, dando o aporte necessário para mulheres, sobretudo, carentes que necessitavam trazer seus filhos ao mundo.

Nogueira (2004) pontua que “o distrito de Três Morros era desprovido de políticas públicas de acesso à saúde, faltava também estradas vicinais para um bom acesso para as cidades vizinhas (Jequié, Itiruçu, Jaguaquara e Maracás)”. O autor cita ainda que após a emancipação política e administrativa do município de Lafaiete Coutinho, as dificuldades ainda eram grandes, pois o município recém-emancipado, instalado em abril de 1963 ainda carecia de recursos para se desenvolver melhor, sobrevivia apenas dos recursos recebidos pelo FPM – Fundo de Participação dos Municípios⁵.

Em 1963 foi doado pelo governo do Estado da Bahia, na administração de Antonio

5. FPM – Fundo de Participação dos Municípios. A regulamentação veio com o Código Tributário Nacional (CTN – Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966), no seu artigo 91, e o início de sua distribuição deu-se em 1967. O critério de distribuição do FPM era então baseado unicamente na população dos Municípios (MINISTÉRIO DA FAZENDA, Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2018, p. 02).

Lomanto Junior, um veículo (ambulância) para a oferta de saúde que dava o aporte mesmo que de forma mais precária para as pessoas da comunidade. O veículo fazia a condução de pessoas que necessitavam de deslocamento para a cidade de Jequié, com dificuldades pois o acesso até a BR-116, Rio Bahia, era ruim devido à falta de pavimentação da estrada.

Ademais, a zona rural do município é muito grande e na época da sua emancipação político administrativa e anos posteriores, ainda carecia de estradas vicinais com boa trafegabilidade, tanto para a sede do município, como para as cidades vizinhas, sobretudo, Jequié que era a cidade polo da então microrregião.

CONSIDERAÇÕES

Este estudo demonstra que o ato de partejar exercido por Mãe Xanda durante décadas no distrito de Três Morros, permitiu construir sua identidade de mulher negra, parteira que deixou um legado para a população, mas nem por isso, saiu da invisibilidade e foi reconhecida por um trabalho de relevância social, a não ser entre grupos populares.

A investigação apresenta relevância social, porque se propôs a reconstituir, pelas memórias da comunidade – de mulheres – a história, para não cair no esquecimento. Nesse sentido, ressalta-se que a preservação das memórias da população é de fundamental importância para o seu desenvolvimento e manutenção, os registros dos feitos históricos e da cultura local são primordiais para a reafirmação da identidade de um povo. Nesse viés, as fronteiras encontradas na pesquisa foram: A questão étnica - de um modo geral, podemos dizer que a composição étnica brasileira é basicamente oriunda de três grandes e principais grupos étnicos: os indígenas, os africanos e os europeus. Os descendentes de matriz africana têm sofrido as mazelas do preconceito étnico racial, e ser mulher negra é criar formas de lutas e resistência, pois o preconceito é um imperativo, apesar das lutas. Mãe Xanda criou formas de resistência, voltou a sua comunidade e lá ficou até o final de sua vida mostrando seu valor e força no ofício do partejar.

Há que se pensar que mulheres como Mãe Xanda aprenderam naturalmente e com a prática o trabalho de partejar em condições precárias, desenvolveram técnicas de parto natural e se destacaram entre as comunidades rurais. Destaca-se a paciência para atender à necessidade de que o parto fosse normal, considerando que não havia outras possibilidades pela total ausência de médicos, falta de hospitais, estradas vicinais sem condições de tráfego, carência de meios de transporte e, sobretudo, falta de ferramentas, instrumentos e até medicamentos. O parto e nascimento domiciliar, assistidos por parteiras como Mãe Xanda, ainda é muito comum, principalmente na região Nordeste, sobretudo em espaços rurais.

Reconhecer oficialmente o trabalho da parteira Mãe Xanda, valorizando o legado ou trabalho na comunidade, reconhecendo como protagonista do ofício de partejar, transformando Mãe Xanda em patrimônio imaterial da humanidade. Este título mais que merecedor por auxiliar a assistência à saúde da mulher, especialmente a de baixa renda por anos afins, isso sem exigir pagamentos para tal função. E reconhecer sua missão de um saber empírico de prática tradicional é importante para que seja reconhecida em sua trajetória como mulher e parteira da região.

Uma outra fronteira encontrada e crucial foi a do próprio ofício de ser parteira em confronto ao sistema de saúde do município, onde o parto em casa sofre críticas pelas pessoas que compõem o sistema. Muitos desacreditaram dela, menosprezaram seu papel

na comunidade. A Mãe Xanda atuou em Três Morros, posteriormente em Lafaiete Coutinho e Itiruçu, num período que deu suporte para mulheres parturientes que necessitavam de apoio, suprindo a falta da oferta de políticas públicas para a atenção à saúde. Doula não é parteira tampouco enfermeira obstetra.

Muitas vezes confundida, ela acompanha gestantes em partos – antes, durante e após o nascimento do bebê. O que faz uma doula é dar apoio emocional e sugerir técnicas não medicamentosas ou exercícios para alívio de dor. Seria Mãe Xanda uma parteira ou uma doula?

Enfatizada a diferença do trabalho realizado entre as parteiras e as doulas, destacando que as parteiras são mulheres que não tem conhecimento acadêmico, em sua maioria, mas que tem um conhecimento popular, conhecimento milenar que desenvolvem o dom de partejar herdado de suas mães e avós, que prestam assistência para as mulheres antes, durante e após o parto.

As doulas não realizam partos, mas também têm uma função considerada relevante, prestam assistência as gestantes e as vezes ao casal na preparação para o parto, dando o aporte para que a mulher se prepare passando segurança e confiança no processo para chegar ao momento do nascimento do bebê. Não realizam procedimentos clínicos, sua função mais importante é passar segurança, dar apoio para que a mulher tenha um parto mais seguro, mais prazeroso e com menos intervenções. Elas auxiliam a mulher durante o parto dando conforto, com a realização de massagens de relaxamento, além de dar apoio para a mulher e toda a família após o parto.

Destaca-se aqui que o saber da parteira tradicional que vem do conhecimento herdado de mãe para filha, das ancestrais, das mulheres indígenas e afro-brasileiras, sendo que as parteiras são mulheres que prestam assistência ao parto domiciliar com base em saberes e práticas tradicionais.

Mãe Xanda exercia a função de parteira com prática ligada a religiosidade no seu ofício de partejar, carregava a tradição da reza em sua trajetória. Fazia orações, recorrendo a santos católicos para auxiliá-la na hora do parto, demonstrava sentimento de pertença com o catolicismo. Era rezadeira católica. A fronteira de inclusão religiosa, por outro lado, acentua que a questão étnica, cultural e econômica que representa uma atenuante na sociedade que está envolvida pelos valores de grupos invisibilizados, aos quais disseminam preceitos religiosos, culturais e econômicos, marcadamente postos por meio do ecletismo religioso e pela pertença de grupos distintos.

Por fim, salienta-se que estas fronteiras são entendidas como afiliações identitárias negociáveis e não fixas. Mais uma vez a fronteira étnica está exposta nos termos da herança

cultural, no sentido da depreciação dos valores morais e organizacionais dos sujeitos e estruturas. Este fenômeno é perceptível principalmente no meio socioeconômico, mas também é visível na relação das mulheres negras com o seu meio, nas suas estratégias de sobrevivência, nos seus hábitos e costumes de cura e dentre outros elementos nos quais tiveram enfraquecida sua autoimagem étnica, as heranças culturais estão visivelmente presentes.

Mãe Xanda se identificava como mulher negra, parteira que atuou num contexto com segurança em sua prática e dependendo do contexto, assumia identidade de santa beata com práticas definidas por critérios de negociações com as famílias, tendo a amorosidade um dos pontos essenciais em sua função. Ajudava no parto e acompanhava o crescimento da criança e da mãe. Mãe Xanda tinha liderança feminina, política, pois era autoridade com constante engajamento transacional entre famílias de baixa renda, de um povo sofrido do Nordeste brasileiro.

Mãe Xanda encontrou fronteiras diversas em sua trajetória dentre elas a religiosa pelo conflito entre partejar, rezando, cantando e orando que fazia contraste com médicos e enfermeiros da comunidade, fronteiras étnicas por ser mulher negra exposta nos termos da herança cultural, fronteiras econômicas pelas diferenças socioeconômicas. Seu legado é aqui registrado para não cair no esquecimento. E agradeço por isso: *é bom a gente lembrar*” (BOSI, 1994, p. 113, 123).

REFERÊNCIAS

A Bíblia Sagrada. **O Velho e o Novo Testamento**. Traduzida em Português por: João Ferreira de Almeida. Edição corrigida e revisada. Almeida corrigida Fiel acf. Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil. São Paulo, 2011.

ABREU, I. P. H. **Trabalhando com Parteiras Tradicionais**: a experiência do Ministério da Saúde no período de 2000 a 2004. Brasília, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ACKER, Justina Inês Brunetto Verruck et al. **As parteiras e o cuidado com o nascimento**. Revista Brasileira de Enfermagem 2006, vol. 59, n. 5, p. 647-651. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v59n5/v59n5a10.pdf>> . Acesso em 06 abril 2021.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares, 2006.

BAHIA. **Território de Identidade Vale do Jiquiriçá**: Perfil Sintético. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Salvador – BA, 2015. BAHIA.http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_188_Vale%20do%20Jiquiri%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A1%20-%20BA.pdf. Acesso em 29 de jan 2022.

BAHIA. https://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/regional/territorios_de_identidade/mapa_vale_do_jiquirica_1.pdf. Acesso em 29 de jan 2022.

BAHIA.http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/PerfilVale%20do%20Jiquiri%C3%A7a.pdf. Acesso em 29 de jan 2022.

BARTH, Fredric. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda., 1979.

BRASIL, **Parto domiciliar assistido por parteiras tradicionais**. Ministério da Saúde. Brasília – DF: Editora MS, 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Brasília –DF, 2018.https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANE_XO:6370 Acesso em 18 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais.** O Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e Experiências Exemplares. Ministério da Saúde. Brasília – DF: Editora MS, 2012.

BRENES, Anayansi Correa. **Bruxas, comadres ou parteiras:** a obscura história das mulheres e a ciência; dos contornos do conflito parteiras e parteiros franceses. Belo Horizonte, MG: COOPMED, 2005. 96 p.

CAPIBERIBE, J. **Os Anjos da Floresta:** In: JUCÁ, L.; MOULIN, N. (Org.). **Parindo um mundo novo:** Janete Capiberibe e as Parteiras do Amapá. São Paulo: Cortez, 2002, p. 21.

CARVALHO, Jonas Gomes de. **Lafayette:** História e Mitos. Ibicaraí: Via Litterarum, 2019.

CARVALHO, Suely. **No sentido oposto à fria indústria da cesárea, renasce a acolhedora figura da parteira.** 2015. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,luz-ancestral,1723131>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. 3ª ed. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura. vol. 1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTELLANOS, M. E. P. **A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde.** Rio de Janeiro: Ciências & Saúde Coletiva, 2014

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne Souza. **Religião e cidade:** a narrativa das parteiras e sua religiosidade na Belo Horizonte dos anos 90. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 65-87, 2012.

FLORES, Cintya Dantas Flores. **Territórios de Identidade na Bahia:** Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2014.

FONSECA, Clovis Pereira da. **Maracás:** História, Mitos e Magia. Editora Secret da Cult Turismo, Salvador, 2006.

FRANCO, Silene Aranja. **Saberes e práticas religiosas de mulheres parteiras.** IX SEMOC – Semana de Mobilização Científica. Salvador: UCSL, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 146 p. (Coleção Leitura).

GEERTZ, C. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. 10ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOICOECHEA Eugenia Ramirez. **Etnicidad, Identidad, Interculturalidad**: Teorías, conceptos y procesos de la relacionalidad grupal humana. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011.

GOMES, N. P. de M. & PEREIRA, E. de A. **Assim se benze em Minas Gerais**. Juiz de Fora: Edufj/Mazza Edições, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Traduzido por: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, Stuart **Identidade cultural na pos modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu Silva: DP&A Editora. 9ª edição. São Paulo. 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1950/1990.

HALBWACHS, Maurice. **Memória individual e memória coletiva**. In: A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p. 29-70.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HELMAN CG. **Cultura, Saúde e Doença**. Porto Alegre (RS): ARTMED; 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOOSHMAND, Mojgan Sabeti. **Parteiras de Regência, ES**: os múltiplos sentidos no ato de partear. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), USP, 2004.

JEQUIÉ. <https://www.cidade.brasil.com.br/microrregiao-de-jeque.html>. Acesso em 29 de jan 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE GOFF. Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LE GOFF. Jacques. **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 2003.

LE GOFF. Jacques. Documento/monumento. In: FONSECA, Thaís N. L. (orgs.). **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 525-541.

LORDE, Audre. **Entre nós mesmas**: poemas reunidos - 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós- estruturalista. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

MARACÁS. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/maracas/historico>. Acesso em 29 de jan 2022.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira**: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: . **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, 1997.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia Século XIX** Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de história oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005. MINDLIN, Betty. **Vozes da origem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1º edição, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: Identidade Nacional Versus Identidade Negra. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Alcides Prado. **Vila de Três Morros, Exemplo de uma Vida**. Jequié: Gráfica Lelian, 2004.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história**: a problemática dos lugares. Projeto História, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão, 2006.

OLIVEIRA, Marcela Carneiro Ferreira Machado de; ALBUQUERQUE, Geyslane Pereira Melo de; BORGES, Maria Eduarda Pereira; BARROS, Joanna Francyne Silva de; GUENDLER, Julianna de Azevedo. **Papel da doula no processo de trabalho de parto e nascimento**: compreensão dos profissionais de saúde. Revista REME- Revista Mineira de Enfermagem: Belo Horizonte, 2020. <https://www.amanascer.com/qual-a-diferenca-entre-a-parteira-contemporanea-e-a-doula/> Acesso em 12 jan. 2022.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre ética na história oral. Projeto História (15). São Paulo: EDUC, 1997.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

RICOEUR, Paul. **Percorso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul **Da Memória e da Reminiscência**. In: Memória, História e Esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997. SANT'ANA, Elma. **As parteiras**. Porto Alegre: SIMERS; CORAG, 2006.

SANTOS, Jaqueline Maria. **História e memórias de parteiras do Rio de Contas / Bahia**: saberes da arte de partejar. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016, 134 p.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. Porto Alegre, v.16, n. 2, p. 5-22, jul/dez., 1990.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Editora: Educação & Realidade, Porto Alegre, 1995.

SCOTT, Joan. . **Usos e abusos do gênero**. Projeto História, São Paulo, n. 45, p. 327- 351, dez. 2012.

SEAWRIGHT, Leandro A. **Ritos da oralidade**: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro. Volume 1. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, FFLCH/USP. São Paulo, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **PODE O SUBALTERNO FALAR?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida Marcos Pereira Feitosa André Pereira Feitosa. 2ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. **A redescoberta da ética do cuidado**: o foco e a ênfase nas relações. Rev. Esc. Enferm. USP, 2004, vol. 38, n.1, p.21-27. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342004000100003>. Acesso em 31 março 2021.

ANEXOS



Foto 01 – Igreja de São Roque (1960) distrito de Três Morros
Fonte: Lafaiete Coutinho Museu (2021)



Foto 02 – Rua Professora Violeta Montal (1967)
Fonte: Lafaiete Coutinho Museu (2021)



Foto 03 – Ambulância nova – veículo Fiat Elba (1980)

Fonte: Lafaiete Coutinho Museu (2021)



Foto 04 – Mãe Xanda (*in memoriam*)

Fonte: Arquivo pessoal da família (2021)



Foto 05 – Mãe Xanda com uma criança no colo (*in memoriam*)

Fonte: Arquivo pessoal da família (2021)



Foto 06: Cédula de Identidade (RG) de Mãe Xanda (Identificação)

Fonte: Arquivo pessoal da família (2021)



Foto 07: Cédula de Identidade (RG) de Mãe Xanda (Qualificação)

Fonte: Arquivo pessoal da família (2021)

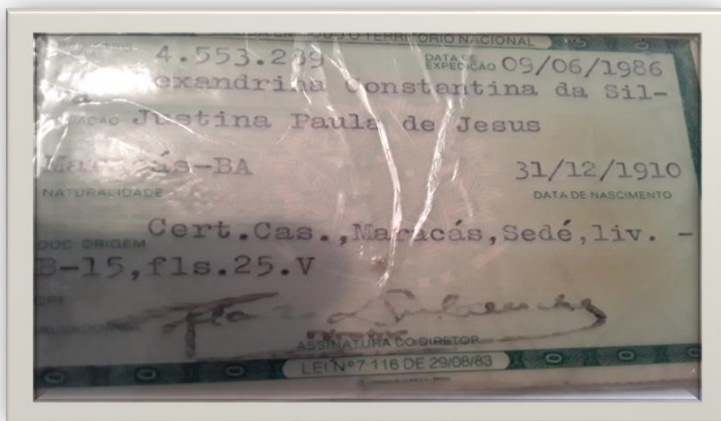


Foto 08: Carteira de Trabalho de Mãe Xanda (Ficha de declaração)

Fonte: Arquivo pessoal da família (2021)

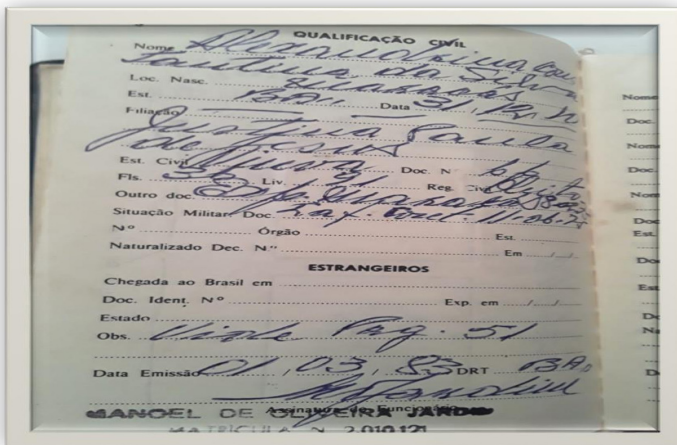
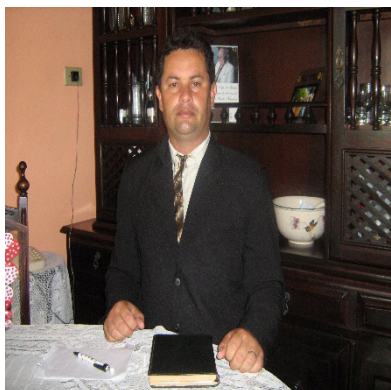


Foto 09:Carteira de Trabalho de Mãe Xanda (Qualificação civil)

Fonte: Arquivo pessoal da família (2021)

SOBRE O AUTOR




PAULO ROBERTO NOGUEIRA SILVA - Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGREC/UESB, Campus de Jequié (2022), Especialista em Educação no/do Campo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Campus de Jequié (2019), Especialista em História e Cultura Afro - Brasileira pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, (2016) e Graduado em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, (2010). Atua como professor das disciplinas de História e História e


Cultura Afro Brasileira da Escola Municipal José Simões de Carvalho - EMJSC, SME / PMJ. Atuou como professor pelo Programa de Formação de Professores - PARFOR nas disciplinas de Fundamentos e Metodologia do Ensino de História, Educação: Diversidade Cultural e Relações Étnicas Raciais e Educação no/do Campo. Atuou como Professor / Tutor do Curso de Licenciatura em História EaD pela Universidade Aberta do Brasil - UAB / Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XXI, Pólo de Ipiaú. Participa de encontros científicos nas Universidades de Salamanca / Espanha, na National University of Political Studies and Public Administration em Bucareste / Romênia, na Universidad Pedro de Valdivia em Santiago / Chile e na Universidade de Helsinque / Finlândia com investigações acerca das histórias, memórias e legados de parteiras, de mulheres negras, de gênero e de famílias oligárquicas. É pesquisador do GEHFTIM / CNPq - Grupo de Estudos e Pesquisas Hermenêuticas sobre Famílias, Territórios, Identidades e Memórias. Tem experiência nas áreas de: História, História do Brasil, História e Cultura Afro Brasileira, História da África, História Regional e Local e em Educação no/do Campo.


MÃE XANDA:

Fronteiras entre identidade étnica e o ofício de partejar

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



MÃE XANDA:

Fronteiras entre identidade étnica e o ofício de partejar

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

